



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

RELATÓRIO DE GESTÃO - 2004

Unidade Jurisdicionada	SECRETARIA EXECUTIVA
Agregados	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA), consolidando: Coordenação-Geral de Logística e Administração Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade Coordenação-Geral de Recursos Humanos Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza



Brasília - 2005

SUMÁRIO

- 1.1. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA 3
- 2.2. Secretaria Executiva 10
- 3.3. Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração 16
 - 3.1Coordenação-Geral de Logística e Administração 17
 - 3.2Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade 29
 - 3.3Coordenação-Geral de Recursos Humanos 32
 - VALOR 33
 - 3.4Coordenação-Geral de Informática 43
 - 3.5Assessoria de Comunicação 45
 - 3.6.. Contratação por meio de processo licitatório de Agência Publicitária para profissionalização do processo de produção e divulgação das campanhas do Ministério; 47
- 4.4. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação 49
- 5.5. Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias 56
- 6.6. Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza 67
 - 6.1.Total 69
 - 6.2.Total 72
- 7.7. Conclusão 73

1. 1. DADOS GERAIS SOBRE A UNIDADE JURISDICIONADA

1.1 Nome: **SECRETARIA EXECUTIVA**

Agregados	Consolidados
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração (SPOA)	Coord.Geral de Logística e Administração Coord.Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade Coord.Geral de Recursos Humanos
Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação	
Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias	
Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	

1.2 Natureza jurídica: Órgão da Administração Direta do Poder Executivo.

1.3 Vinculação ministerial: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS

1.4 Endereço da página institucional na *Internet*: www.mds.gov.br

1.5 CGC/MF e Unidades Gestoras no SIAFI

1 - **SECRETARIA EXECUTIVA**

CNPJ: 05.526.783/0001-65

ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios Bloco “C”, 6º andar – sala 600

TEL: 313.1313/1457

CEP – 70.054-900 – Brasília – DF

CÓDIGO UG: 550003

ÓRGÃO: 55000 - MDS

GESTÃO: Tesouro – 00001

**1.1 - SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO-
SPOA**

CNPJ: 05.756.246/0001-01

ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios Bloco "A", Sala 407 – TEL: 411-4710
CEP – 70054-900 – Brasília – DF

CÓDIGO UG: 550002

ÓRGÃO: 55000/55801 –SPOA

GESTÃO: Tesouro – 00001

1.1.1– COORDENAÇÃO GERAL DE LOGÍSTICA E ADMINISTRAÇÃO - CGLA

CNPJ: 05.756.246/0004-54

ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios Bloco "A", Sala 445 – TEL – 411-4757
CEP – 70054-900 – Brasília – DF

CÓDIGO UG: 550005

ÓRGÃO: 55000/55801 –SPOA

GESTÃO: Tesouro – 00001

1.1.2– COORDENAÇÃO GERAL DE RECURSOS HUMANOS - CGRH

CNPJ: 05.756.246/0003-73

ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios Bloco "A", Sala 422 – TEL – 411-4632
CEP – 70054-900 – Brasília – DF

CÓDIGO UG: 550006

ÓRGÃO: 55000/55801 – SPOA

GESTÃO: Tesouro – 00001

1.2– SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E PARCERIAS - SAIP

CNPJ: 05.526.783/0001-65

ENDEREÇO: Esplanada dos Ministérios Bloco "A", Sala 442 – TEL – 411-
4784/4792

CEP– 70054-900 – Brasília – DF

CÓDIGO UG: 55009

ÓRGÃO: 55000 –MDS

GESTÃO:

Tesouro – 00001

1.3– SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO - SAGI

CNPJ: 05.526.783/0001-65

ENDEREÇO: SCS QUADRA 2 ED TOUFIC - 7º ANDAR SALA 701 –

TEL – 325-7850

CEP– 70317-900 – Brasília – DF

CÓDIGO UG: 550010

ÓRGÃO: 55000 –MDS

GESTÃO: Tesouro – 00001

1.6 Norma(s) de criação e finalidade da unidade jurisdicionada:

1.6.1 Legislação Constitutiva:

- **LEI Nº 10.683, de 28 de Maio de 2003:** Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.
- **MEDIDA PROVISÓRIA Nº 163, de 23 de Janeiro de 2004** (*Convertida na Lei Nº 10.869, de 13.5.2004*): Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.
- **LEI Nº 10.869, de 13 de Maio de 2004:** Altera a Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.
- **LEI COMPLEMENTAR Nº 111, de 6 de Julho de 2001:** Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
- **DECRETO Nº 5.074, de 13 de Maio de 2004:** Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e dá outras providências.

1.6.2 Competências previstas no Decreto Nº 5.074/04:

Art. 4º À Secretaria-Executiva compete:

I - auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e programas e na implementação de ações da área de competência do Ministério;

II - assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das secretarias integrantes do Ministério;

III - supervisionar e coordenar, no âmbito do Ministério, as atividades de modernização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais;

IV - assessorar os dirigentes dos órgãos do Ministério na formulação de estratégias de colaboração com os organismos financeiros internacionais; e

V - supervisionar as atividades disciplinares e de correição desenvolvidas no âmbito do Ministério.

Parágrafo único. A Secretaria-Executiva exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Administração de Recursos da Informação e Informática - SISIP, de Serviços Gerais - SISG, e de Planejamento e de Orçamento Federal, de Contabilidade Federal, de Administração Financeira Federal por intermédio da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração.

Art. 5º À Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração compete:

I - planejar, coordenar e promover, no âmbito do Ministério, a execução das atividades de organização e modernização administrativa, bem como as relacionadas com os sistemas federais de recursos humanos, serviços gerais, administração dos recursos de informação e informática, planejamento e de orçamento, contabilidade e administração financeira;

II - manter articulação com os órgãos responsáveis pela coordenação central das atividades de organização e modernização administrativa e dos sistemas mencionados

no inciso I, com a finalidade de orientar as unidades do Ministério quanto ao cumprimento das normas estabelecidas;

III - promover a elaboração e consolidação dos planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior;

IV - coordenar a elaboração e a consolidação dos planos e programas das atividades finalísticas do Ministério, seus orçamentos e alterações, e submetê-los à decisão superior;

V - acompanhar e promover a avaliação física, orçamentária e financeira de projetos e atividades;

VI - realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou irregularidade que resulte em dano ao erário;

VII - planejar, coordenar, executar e controlar a utilização dos recursos que compõem o Fundo Nacional de Assistência Social, sob orientação e controle do Conselho Nacional de Assistência Social; e

VIII - planejar, coordenar, executar e controlar a utilização dos recursos que compõem o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, sob orientação do Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

Art. 20. À Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação compete:

I - desenvolver e implementar instrumentos de avaliação e monitoramento das políticas e programas referentes ao desenvolvimento social e combate à fome;

II - elaborar, propor, coordenar e apoiar a implementação de planos, programas, projetos e ações de desenvolvimento social e combate à fome, voltados à promoção:

a) da capacidade de pensamento e formulação estratégicos, incluindo-se desenvolvimento de sistemas de identificação de populações e áreas vulneráveis, acompanhamento, avaliação e divulgação de resultados e do desempenho organizacional;

b) de provimento de informações adequadas à formulação de políticas voltadas ao desenvolvimento social e combate à fome;

c) de concepções de estruturas organizacionais eficientes e modelos de gestão voltados para resultados;

d) de transparência, controle social, prestação de contas e conduta ética na gestão pública;

e) da otimização de alocação de recursos para o alcance dos resultados visados;

f) de sistemas de informações, aprendizado, competências e conhecimento necessários à excelência dos processos organizacionais; e

g) de formação e capacitação de gestores nos níveis federal, estadual e municipal e agentes sociais do uso e desenvolvimento de sistemas de informação e metodologias de avaliação e monitoramento de políticas de desenvolvimento social e combate à fome;

III - promover a gestão do conhecimento, o diálogo de políticas e a cooperação técnica em gestão pública de forma articulada com órgãos, entidades, Poderes e esferas federativas e outros países.

Art. 24. À Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias compete:

I - coordenar o processo de articulação das políticas do Ministério;

II - promover a articulação necessária à integração das políticas, planos, programas e projetos no Ministério;

III - promover a articulação das políticas de assistência social, de renda de cidadania e de segurança alimentar e nutricional com as diversas esferas de governo, setor privado e entidades da sociedade civil, com vistas a compatibilizar políticas e otimizar a alocação de recursos;

IV - formular e implementar estratégias e mecanismos de fortalecimento institucional do Ministério, especialmente pela identificação de oportunidades e articulação de novas parcerias; e

V - propor e promover, de forma integrada com as secretarias finalísticas do Ministério, mecanismos de participação e controle social das ações do Ministério.

Art. 28. Ao Conselho Consultivo e de Acompanhamento do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, instituído pela Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001, cabe exercer as competências estabelecidas em regulamento específico.

1.7 Estrutura orgânica do MDS prevista no Decreto Nº 5.074/04:

Art. 2º O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem a seguinte estrutura organizacional:

I - órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado:

a)

b) Secretaria-Executiva: Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração; e

c)

II - órgãos específicos singulares:

a)

b)

c)

d) Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação:

1. Departamento de Avaliação e Monitoramento;

2. Departamento de Gestão da Informação e Recursos Tecnológicos; e

3. Departamento de Formação de Agentes Públicos e Sociais;

e) Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias:

1. Departamento de Articulação Governamental; e

2. Departamento de Articulação e Mobilização Social;

1.8 Publicação no DOU do Regimento Interno:

O projeto de Regimento Interno do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome se encontra em fase final de consolidação, não tendo sido, ainda, enviado para publicação no DOU.

2. 2. SECRETARIA EXECUTIVA

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, criado por meio da Medida Provisória nº 163, de 23 de janeiro de 2004, posteriormente convertida na Lei nº 10.869, de 13 de maio de 2004, integrou em um mesmo órgão as ações de Renda de Cidadania, Segurança Alimentar e Nutricional e Assistência Social.

Ao completar seu primeiro ano de existência, o MDS já estava presente em praticamente a totalidade dos municípios brasileiros, com ações que expressam a decisão política de universalizar os direitos básicos, entendendo a fome e a exclusão problemas político e social que exigem soluções de curto, médio e longo prazos, superando o clientelismo e o assistencialismo que tradicionalmente têm caracterizado a ação do Estado junto a indivíduos e segmentos populacionais em situação de vulnerabilidade e contribuindo para o desenvolvimento econômico por meio da inclusão social de milhões de brasileiros.

No esforço de dar conta do desafio político-administrativo de unificar três estruturas preexistentes distintas – o Ministério da Assistência Social, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e a Secretaria Executiva do Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família –, coube à Secretaria Executiva do MDS a articulação das políticas públicas oriundas dos extintos ministérios e o papel de acompanhamento, supervisão e coordenação das ações das diversas áreas abrangidas na nova estrutura, de modo a dar maior racionalidade no emprego e aproveitamento dos recursos. Espaços físicos distintos, vinculações contratuais a diferentes empresas e condições para os mesmos serviços, redes de comunicação específicas, carência de quadro próprio de pessoal, demandas de ações e serviços crescentes sem que houvesse séries históricas que servissem de parâmetro para o planejamento são alguns dos elementos que ampliavam o grau de complexidade da tarefa de implantação e consolidação institucional do Ministério.

Para enfrentar esse desafio, a Secretaria Executiva intensificou suas atividades tanto nos aspectos institucionais, de relacionamento com os demais órgãos da Administração Pública Federal, quanto na adoção de medidas emergenciais com vistas a suprir as necessidades do ponto de vista dos recursos orçamentários, logísticos e

humanos. Do mesmo modo, o MDS enfrentou o desafio de remanejar os recursos dos órgãos que lhe deram origem sem que, com isso, houvesse solução de continuidade da execução dos programas e ações em andamento naqueles órgãos.

De imediato, há que destacar os esforços concentrados para a estruturação do órgão e a realização de reuniões de planejamento, envolvendo dirigentes e a equipe de transição, os quais culminaram na publicação do Decreto nº 5.074, que aprovou a estrutura regimental do Ministério.

A Secretaria Executiva participou ativamente das reuniões preparatórias de constituição do Grupo de Trabalho “Fome Zero”, que contou com representantes da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e estabeleceu as diretrizes do Fome Zero, compreendido como ação estratégica, articuladora das ações governamentais de vários ministérios e propulsora dos principais programas sociais da atual gestão.

Dentre as iniciativas de impacto da Secretaria Executiva visando aumentar a capacidade de implementação das políticas públicas, é mister ressaltar o Projeto de Apoio ao Programa Bolsa Família, fruto de acordo de empréstimo de US\$ 572,2 milhões com o Banco Mundial, recursos esses a serem destinados à expansão do número de beneficiários e ao aprimoramento técnico do referido Programa, em especial no tocante à melhoria do Cadastro Único e do sistema de avaliação e monitoramento e ao apoio técnico para a verificação das condicionalidades e implementação de programas complementares. Já dispondo dos pareceres favoráveis das diversas instâncias técnicas, o termo do acordo de empréstimo encontra-se atualmente no Senado Federal para aprovação.

Há que se destacar os esforços com vistas à viabilização de doação japonesa ao governo brasileiro no valor de US\$ 242.720, administrada pelo Banco Mundial. O projeto tem o intuito de auxiliar o Governo a: I) reduzir a extrema pobreza, a fome e a má-nutrição; e II) aumentar a participação dos jovens na força de trabalho. Para tanto, são previstas as seguintes atividades: (a) Suporte técnico para a preparação das atividades (análises sócio-econômicas, avaliações sócio-institucionais); (b) Estudos de assistência técnica sobre desenvolvimento humano e políticas governamentais (políticas compensatórias, eficiência do gasto público social; e (c) Suporte administrativo para a preparação e implementação do projeto.

Em parceria com a Subchefia de Assuntos Federativos da Casa Civil da Presidência da República, a Secretaria Executiva firmou acordos de Cooperação Técnica com as regiões italianas de Marche, Toscana, Úmbria e Emília-Romanha, visando à implementação de políticas de desenvolvimento local integrado das regiões do entorno de Manaus (AM), Serra das Confusões (PI), Entorno de Juiz de Fora (MG) e os eixos Pelotas-Bagé (RS) e São Carlos-Araraquara (SP). Ainda em 2004, os acordos viabilizaram a capacitação de 120 dirigentes e técnicos das diversas esferas governamentais por intermédio da realização de 2 seminários e 5 oficinas, em cada uma das regiões brasileiras supracitadas, tendo como objetivos: a transferência de conhecimentos sobre desenvolvimento local concertado (gestão compartilhada); a avaliação participativa, com indicação dos entraves que inibem o potencial de desenvolvimento e a cadeia produtiva das referidas regiões brasileiras; e o desenvolvimento de instrumentos de integração de políticas sociais concernentes a cada um dos territórios, mediante ações de formação e de assistência técnica.

Nos assuntos pertinentes ao Orçamento 2004/2005, a Secretaria Executiva acompanhou, internamente, a sua execução, envidando esforços no sentido de racionalizar e sistematizar o repasse de recursos aos órgãos conveniados, responsáveis pela operacionalização dos programas de transferência de renda, de assistência social e de segurança alimentar e nutricional. A parceria com o Conselho Nacional de Assistência Social, Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e demais esferas representativas das políticas públicas do MDS revelou-se estratégica para a consecução dos resultados almejados. Cabe aqui mencionar alguma dificuldade em manter-se o ritmo crescente de execução das metas para o exercício de 2004 em razão do calendário eleitoral, que, por força de lei, impõe a suspensão do processo de celebração de novos convênios nos três meses que antecedem o pleito.

Além de oferecer a sua contribuição no processo de revisão do Plano Plurianual – PPA, a Secretaria conduziu diversas negociações com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, particularmente com a Secretaria de Orçamento Federal, no que diz respeito à suplementação de créditos orçamentários, e com a Secretaria do Tesouro Nacional, para o estabelecimento de limites financeiros e liberação de recursos.

No âmbito do MDS, coube-lhe coordenar a elaboração de documentos concernentes à Prestação de Contas dos 18 Meses do Governo Lula, com destaque para a

sinergia das ações governamentais na área social, a partir da criação do MDS, e os primeiros resultados dos programas sociais no âmbito desta Pasta, enviados à Casa Civil.

Em decorrência de calamidades ocasionadas pela secas e enchentes, a Secretaria integrou, em conjunto com representantes dos Ministérios da Integração Nacional, do Desenvolvimento Agrário, do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Grupo de Trabalho Interministerial, com resultados expressivos no tocante ao repasse de recursos para as regiões atingidas pelas secas e enchentes.

A partir da publicação da Portaria SE nº 10, de 20 de agosto de 2004, a Secretária Executiva Adjunta passou a exercer as competências relativas às Coordenações-Gerais de Recursos Humanos, Logística e Administração e de Informática, antes afetas à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão, com a designação da Secretária Executiva Adjunta para a supervisão das atividades concernentes às referidas unidades.

A supervisão das atividades das referidas coordenações viabilizou-se a partir de identificação das prioridades e medidas a serem adotadas para o atendimento das necessidades expressadas pelas unidades integrantes do MDS, em especial, dos assuntos pertinentes às mudanças de espaço físico; revisão de contratos de prestadores de serviços e transporte de servidores; realização de inventário patrimonial; aquisição de equipamentos de informática e elaboração de proposta de remanejamento de cargos vagos no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para o MDS, visando viabilizar a realização de concurso público e a posterior constituição de quadro próprio de pessoal.

Com vistas a suprir a carência de pessoal técnico e compor o quadro próprio de servidores, a Secretaria Executiva realizou levantamento prévio acerca das necessidades de pessoal no âmbito das unidades integrantes do MDS, tomando como base os cargos agrupados no Plano de Classificação de Cargos - PCC, haja vista a dificuldade de instituição de novas carreiras no âmbito da administração pública federal. Nessa perspectiva, iniciou contatos com a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG, com o intuito instituir o Quadro de Pessoal do Ministério, com o remanejamento de cargos vagos para o MDS, fato este que viabilizará a realização de concurso público e o provimento dos cargos considerados estratégicos para o bom desempenho do órgão e cumprimento das metas físicas e financeiras dos programas em desenvolvimento no âmbito do Ministério.

Em 2004 foram iniciadas as negociações em torno da constituição da Ouvidoria Geral, a partir de duas reuniões com a Ouvidoria Geral da Câmara dos Deputados, considerada uma das referências em termos de estruturação de uma instância com a incumbência de atender às inúmeras demandas advindas do público-alvo dos programas sociais e ao mesmo tempo promover a integração das políticas públicas e unidades do MDS. Em se tratando de um Ministério com programas sociais de alcance nacional e sem representações regionais, as atividades da Ouvidoria Geral ganham importância estratégica ao consolidar os canais de comunicação entre os cidadãos e o MDS, potencializar e racionalizar os fluxos internos de informações, bem como assegurar as respostas, com a devida celeridade, aos pleitos endereçados a este Ministério.

Com o propósito de integrar as equipes de profissionais e promover a transversalidade das políticas implementadas pelo MDS, a Secretaria Executiva instituiu e coordenou a realização de 9 fóruns ao longo de 2004, quando os dirigentes das unidades tiveram a oportunidade de divulgar e esclarecer questões associadas aos programas e ações ao corpo técnico do MDS. A média de frequência nos fóruns foi de 65 a 70 servidores, o que expressa elevado índice de participação e assegura maior interação entre o corpo técnico do MDS. Os eventos coordenados pela Secretaria Executiva revelaram-se um processo contínuo de capacitação interna e propiciaram maior abrangência na avaliação dos programas sociais da atual gestão.

Por orientação do titular desta Pasta, e com o propósito de intensificar e estreitar a coordenação das áreas finalísticas do MDS e, dessa forma, promover a construção da unidade e a integração das ações da Pasta, as reuniões mensais presididas pelo Ministro de Estado com os secretários e assessores têm sido complementadas com os encontros mantidos semanalmente pela Secretária Executiva com esses dirigentes.

Ao proceder à avaliação interna da gestão no exercício encerrado, a Secretaria Executiva identificou a necessidade de novas orientações e aprimoramentos no atual exercício, que levem à otimização dos recursos à sua disposição, notadamente do seu corpo de servidores. Na ocasião, foi ressaltada a importância de se reforçar o caráter unitário da Secretaria, com o entendimento de que a titular e seu adjunto mantêm estreita articulação e plena informação sobre o andamento das ações a cargo de cada um.

Para alcançar as melhorias almejadas, a Secretaria Executiva tem buscado estabelecer um calendário que, além das reuniões sistemáticas com os dirigentes do

Ministério, preveja acompanhamento semanal das atividades das secretarias e encontros regulares de sua própria equipe, com o propósito de realizar o balanço das atividades desenvolvidas no âmbito interno, cotejando periodicamente as metas definidas com os resultados alcançados, para o que pautará seu planejamento em modelo de gestão institucional, articulando processos e resultados para o aprimoramento permanente no alcance dos objetivos das responsabilidades de governo.

Ao apresentar o presente Processo de Prestação de Contas, ressalte-se que, de acordo com o contido no Anexo I da Decisão Normativa TCU nº 62, de 24 de outubro de 2004, o mesmo cumpre a função de agregar as contas da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA, da Secretaria de Articulação Institucional e Parcerias – SAIP e da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – SAGI, além do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza. Por sua vez, a SPOA consolida as contas da Coordenação-Geral de Logística e Administração, da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOF e da Coordenação-Geral de Recursos Humanos.

3. 3. SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Inicialmente, há que se registrar a magnitude do desafio político-administrativo representado pela unificação de três estruturas distintas: o Ministério da Assistência Social, o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e a Secretaria-Executiva do Conselho Gestor Interministerial do Programa Bolsa Família, os dois últimos então vinculados diretamente à estrutura da Presidência da República e criados no ano anterior. A função assistência social, por sua vez, até 2002, era executada pela Secretaria de Estado da Assistência Social, vinculada ao Ministério da Previdência e Assistência Social, encontrando-se naquele momento ainda em processo de acomodação à nova dimensão político-organizacional.

De acordo com a Portaria SE nº 10, de 20.08.04, a gestão das Áreas de Logística e Administração, Recursos Humanos e Informática passou a integrar as atribuições da Secretária-Executiva Adjunta, a partir da sua publicação no DOU. Desse modo, essas áreas estiveram subordinadas à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração de 23.01.04 até 24.08 e, à Secretária-Executiva Adjunta, de 25.08 a 31.12.

A gestão da SPOA, em síntese, realiza-se, em termos de execução orçamentária e financeira, por intermédio da Coordenação-Geral de Logística e Administração - CGLA, da Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGOFC e da Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH. Entretanto, objetivando fornecer mais elementos à análise da gestão do período, o relatório foi acrescido de informações sobre as principais ações da Coordenação-Geral de Informática – CGI.

Além disso, embora a Assessoria de Comunicação – ASCOM esteja funcional e hierarquicamente vinculada ao Gabinete do Ministro – GM, suas ações, especialmente no campo da Publicidade de Utilidade Pública – PUP, foram explicitadas neste relatório como se integrasse a Secretaria-Executiva/SPOA, tendo em vista que aquela unidade não se constitui em Unidade Gestora – UG, porém atua como órgão setorial do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal – SICOM (Decreto Nº 4.799, de 04.08.03), cujas informações estão solicitadas no item 2.4 do Anexo II da DN/TCU Nº 62, de 27.10.04.

3.1 COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA E ADMINISTRAÇÃO

Tendo em vista que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome foi criado no início do exercício de 2004, herdando situações e realidades diferenciadas de três Órgãos da Administração, foram necessárias providências em vários campos da logística e administração, com vistas a adequar as condições pré-existentes à realidade da nova Pasta.

Inicialmente, foram estabelecidos estudos para se propor a nova configuração organizacional da área de logística, que redundou na constituição da CGLA – Coordenação-Geral de Logística e Administração, composta por 4 coordenações (Material e Patrimônio; Licitação e Contratos; Serviços Gerais; e Financeira).

Entrevistas foram realizadas com todos os servidores oriundos dos Órgãos que originaram o MDS, de modo a se compor a equipe básica inicial da CGLA. Outros profissionais foram recrutados em outros Órgãos e solicitada sua cessão, processo que se prolongou por alguns meses até a montagem final da equipe da Coordenação-Geral.

O suporte logístico e contratual era mantido, até então, pela Presidência da República (em função do mesmo se dar, anteriormente, ao MESA) e pelo Ministério da Previdência Social (considerando que o MAS ainda não assumira totalmente as funções logísticas durante o exercício de 2003).

Em reunião com a Presidência da República, no dia 17.03, ficou acordado que aquele Órgão manteria o atendimento e suporte ao MDS pelo prazo de 120 dias, necessários à realização de processos licitatórios, conclusão de novos contratos e subrogação dos contratos antigos. Quanto ao suporte mantido pelo MPS, igual acordo foi estabelecido entre as Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Administração dos dois Órgãos. Não obstante tal acordo, ainda em março o MPS comunicou sua decisão unilateral de não mais atender, por intermédio de seus contratos, ao MDS, como vinha fazendo ao MAS até sua transformação. Desta forma, cerca de 14 objetos/contratos passariam a ficar sem cobertura no MDS, o que trouxe a necessidade de se agilizarem os procedimentos – já em andamento – de licitação e contratação dos mesmos (*Transporte de volumes e encomendas por via aérea; Prestação de serviços de coleta, transporte de correspondência agrupada; Prestação de serviços postais e telemáticos convencionais;*

Fornecimento de revistas e jornais; Serviços de Taquigrafia; Transporte de mobiliários, bagagens, cargas e encomendas por via terrestre; Fornecimento de combustível (álcool, gasolina e óleo diesel); Assinatura clipping mídia; Telefonia Celular; Locação de copiadora; Confecção de carimbos; Telefonia Fixa Local; Telefonia Fixa à Distância; Telefonia Fixa à Longa Distância (internacional); e Telefonia Fixa à Longa Distância).

Com base na situação exposta, foi traçada estratégia para priorização de novas licitações e contratações, na seguinte seqüência: I) objetos com atendimento suspenso pelo MPS; II) objetos com atendimento provisório pela PR; III) objetos com necessidade de ampliação do escopo dos contratos então existentes; IV) novas necessidades do MDS.

Na fase inicial de montagem da área da logística e administração, houve a necessidade de adaptações, acomodações e realocações do espaço físico ocupado pelo MDS, de modo a contemplar e integrar as três áreas que originaram o MDS. Estudos técnicos foram realizados, buscando estimar o número de setores que comporiam o MDS, a partir da nova estrutura organizacional em formação, o número de servidores e colaboradores e, assim, a área física demandada. Paralelamente, cotejou-se esses dados com os espaços então disponíveis, porém insuficientes do ponto de vista de tamanho e localização, posto que localizados em áreas não contíguas, como exemplo os Blocos A, C e F da Esplanada dos Ministérios, um edifício alugado no Setor Comercial Sul e um imóvel cedido na Asa Norte, além de possível disponibilização de espaço no edifício sede do DNIT.

A partir daí, inúmeras negociações foram conduzidas – interna e externamente ao MDS, em especial envolvendo o Ministério do Planejamento (SPU) e o DNIT – para se estabelecer um mapa de localização das respectivas áreas, deflagrando-se grande processo de mudanças, adaptações e realocações dos setores. Em 10 de maio a definição de ocupação de espaços e a estratégia de mudanças foram comunicadas às áreas do MDS por intermédio de Memo-Circular.

3.1.1 MARCO REGULAMENTAR INTERNO

Buscou-se estabelecer regulamentações internas acerca de procedimentos administrativos. Desta forma, procedeu-se a estudos e discussões, que redundaram em regulamentos específicos (Portarias) para a fiscalização contratual, e para as atividades de

telefonia (fixa e móvel), transportes (oficial e terceirizado), além de se encaminhar à autoridade competente, em 20.07.04, minuta de regulamentação de viagens, passagens e diárias.

Da mesma forma, alguns formulários foram criados e padronizados, para requisições internas de serviços (celulares, veículos etc).

Assim, são abordadas abaixo as principais áreas da Gestão em Logística e Administração, sobre as quais buscou-se adotar as medidas de organização, racionalização, estruturação e readequações / ajustes, ao longo de 2004:

3.1.2 TRANSPORTES

Foi estruturado o Setor de Transportes, com a implantação dos controles necessários e com a adequação do espaço físico, visando um melhor funcionamento do setor e melhor atendimento dos usuários.

O MDS conta com 9 motoristas oficiais, para os quais foram adquiridos uniformes, em 2004, tendo sido requisitados mais 3 motoristas para o cumprimento das escalas de trabalho, e com 10 carros oficiais sendo eles: 3 Unos - ano 1995; 1 Besta - ano 1995; 1 Focus - ano 2004; 1 Santana - ano 2002; 1 Tempra - ano 1995; 1 Ômega - ano 1998 (cedido pela Presidência da República); 1 Corsa - ano 2002; e 1 Volvo – ano 1994, doado ao Ministério em 2004, porém com avarias, necessitando de reparos que estão sendo avaliados.

Para a manutenção dos carros oficiais do Ministério, foi realizado o Pregão nº 002/2004 e contratada a empresa Chaves e Rodrigues, em março/04, que teve seu valor contratual ajustado, em dezembro/04, por meio de Termo Aditivo, atendendo à recomendação da SFC.

Quanto ao fornecimento de combustíveis, foi feita licitação (Pregão nº 05/04) que redundou na contratação de empresa e buscou-se a opção, junto ao Ministério da Fazenda, para fornecimento de combustível, a partir de 2005, com vistas a uma solução definitiva, o que não foi possível concretizar-se, razão pela qual já foi iniciado processo licitatório, para contratação de nova empresa fornecedora.

Além dos carros oficiais, o MDS terceirizou, em 2004, carros com motoristas, para o atendimento de suas demandas.

O primeiro contrato de terceirização de transportes foi firmado em janeiro de 2004, anteriormente à criação do MDS, com a empresa Expresso 21 Comércio Ltda, cujo serviço era prestado ao Ministério com 04 carros de pequeno porte (Unos) e 01 Kombi, mediante apuração de quilometragem rodada, sem franquia prévia.

Tendo em vista a inadequação estrutural desse contrato, em face de seu dimensionamento para uma realidade anterior ao MDS (licitado e contratado pelo MAS), tornando necessários ajustes qualitativos e quantitativos, foi providenciada a realização do Pregão nº 20/2004, presencial, para a terceirização de transportes com motoristas, o qual foi revogado em função dos valores apresentados pelas empresas que participaram da licitação não se ajustarem aos preços pesquisados pelo Ministério.

Ao mesmo tempo, foram revistos e ajustados os controles e a utilização do contrato com a empresa Expresso 21 Comércio Ltda, o que implicou em uma redução significativa de custos para o MDS. Posteriormente, foi aberta Sindicância para apurar responsabilidades sobre a gestão do referido Instrumento Contratual, a qual se encontra em fase de julgamento.

Foi realizado o Pregão nº 023/2004, eletrônico, que resultou na contratação da nova empresa, Maria Letícia – Locadora de Veículo - LETIKKAR, a partir de novembro/04, cuja prestação de serviços envolve 6 carros executivos, 10 carros utilitários, 2 motos para entrega de documentos entre as dependências do MDS e para o Protocolo, van e ônibus (quando solicitados, com antecedência, pelas áreas do MDS), além de Kombi e caminhão de pequeno porte, para mudanças e pequenas cargas, também quando solicitados. Nesses dois últimos tipos de transportes, os pagamentos se dão por meio de diária, conforme a utilização requerida.

Deve ser ressaltado que, com o novo Contrato, firmado com a LETTIKKAR, o Setor de Transportes vem atendendo de forma regular e satisfatória às demandas dos usuários do Ministério, que tem seu funcionamento institucional em espaços físicos diferenciados (Blocos A, C e F da Esplanada dos Ministérios; Setor Comercial Sul – Edifício Toufic; 506 W3 Norte; e L2 Norte/Setor de Autarquias Norte – Prédio do DNIT).

No que diz respeito às mudanças locais e estaduais, foi firmado, em fevereiro/04, contrato com a empresa CONFIANÇA Mudanças e Transportes, cuja execução foi revista, após setembro/04, no que diz respeito aos critérios de utilização para mudanças locais do próprio MDS, sendo priorizada a utilização do caminhão e/ou Kombi,

para mudanças de pequeno porte, contratados junto à nova empresa de transporte terceirizado do MDS, LETIKKAR, uma vez que o custo é inferior ao da empresa CONFIANÇA.

3.1.3 TELEFONIA

Assim como nos transportes, o MDS herdou dos Órgãos que lhe deram origem, no primeiro semestre de 2004, o suporte inicial no campo da telefonia móvel e fixa, sendo que em alguns casos, como é o caso dos Blocos A e C da Esplanada dos Ministérios, no que diz respeito à telefonia fixa, esse suporte ainda vem sendo prestado, em parte, pela Presidência da República e pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, respectivamente.

Deve ser destacado que, desde novembro de 2004, a área de telefonia vem sendo reestruturada, com a implantação de uma Divisão de Telecomunicações e com ajustes nos controles e procedimentos internos.

O Ministério licitou e contratou a empresa Americel/Claro, para a prestação de serviços no campo da telefonia móvel, a partir de abril de 2004, em substituição às linhas atendidas pelo MPS por meio de contrato com a empresa Vivo. O contrato inicial previa 96 linhas e aparelhos celulares, o que foi aditado, no final daquele exercício, para 120, em função do número de usuários do MDS, de acordo com a legislação vigente. Em setembro foram revistos, junto à Americel/Claro, os valores das faturas já liquidadas e das faturas que encontravam-se pendentes de pagamento, o que implicou em redução significativa dos valores pagos pelo MDS e seus usuários.

Ainda com relação à telefonia móvel, foi formalizado pelo MDS, em setembro, um processo, que se encontra em tramitação, sobre linhas e aparelhos de celulares, bem como de 7 “*roaming*”, que teriam sido cedidos pelo Ministério da Previdência Social ao ex-Ministério da Assistência Social, e, por conseguinte, a este Ministério.

A formalização desse processo ocorreu quando esta Administração recebeu contas a pagar encaminhadas pelo Ministério da Previdência Social e não conseguiu localizar os bens, nem os respectivos responsáveis. Foi solicitada a abertura de Sindicância conjunta MDS/MPS, cuja Portaria foi publicada em dezembro/04, e está sendo editada uma nova Portaria Interministerial revendo os integrantes da Comissão e concedendo um novo

prazo para a realização dos trabalhos. As mencionadas faturas encontram-se pendentes de pagamento, aguardando pronunciamento Jurídico e a conclusão da referida sindicância, para que possa ser indicada, inclusive, qual Pasta deverá ser responsável pela liquidação das mesmas.

O MDS firmou, em maio/04, um contrato com a Brasil Telecom, para fornecimento de PABX virtual, que ainda encontra-se em fase de implantação/implementação pela empresa contratada. Esse contrato absorveu, de imediato, as linhas virtuais do contrato emergencial firmado pela Presidência da República para atendimento do extinto MESA, no Edifício Toufic/Setor Comercial Sul.

Em função desse contrato, foram adquiridos, por meio de Pregão 021/2004, aparelhos para telefonia fixa, com vistas à instalação de linhas para o atendimento dos usuários do MDS.

Foi desenvolvido o projeto de viabilidade técnica e financeira para aquisição e implantação de PABX para o MDS, cujo Edital está em formatação final e espera-se que os procedimentos licitatórios estejam concluídos até meados de 2005, com vistas a uma solução definitiva e mais adequada às necessidades do Ministério no campo da telefonia fixa.

Em março de 2004 foi firmado, também, outro Contrato com a Brasil Telecom, para o fornecimento de 101 linhas diretas para o MDS, para que pudessem ser utilizadas as linhas disponibilizadas, até então, pelo Ministério da Previdência Social. Esse contrato foi aditado no final do exercício, ampliando o número de linhas diretas para 136, em função das demandas existentes.

Para as chamadas de longas distâncias, inter-regionais e internacionais, firmou-se, em março/2004, contratos com a Telemar, a GVT e a Brasil Telecom, em decorrência do Pregão nº 007, realizado em 2003 pelo então Ministério da Assistência Social e, portanto, ainda limitado àquela realidade.

Dados os diferentes espaços físicos onde funciona o MDS, não vem sendo possível a implantação de procedimentos unificados em relação às ligações DDD e DDI, o que se espera solucionar com a realização de novos processos licitatórios para PABX e para contratação de empresa prestadora de serviços de chamadas locais, regionais, inter-regionais e internacionais, até meados de 2005, com vistas a que todo o MDS tenha a sua telefonia padronizada.

O fato apontado acima gerou a necessidade de formalização de processo, em tramitação, para solucionar a questão das ligações efetuadas pelos servidores, por motivo de serviço, por meio da EMBRATEL, uma vez que não há como bloquear a utilização dessa prestadora de serviços nos locais físicos onde o MDS utiliza estrutura de PABX do prédio onde está situado, como ocorre no Bloco “C” da Esplanada dos Ministérios, onde se compartilha o uso da central PABX com o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

3.1.4 PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO

O Patrimônio do MDS foi formado, inicialmente, por bens móveis de órgãos que contavam com o suporte de outros (PR e MPS), não dispondo de inventários próprios.

Além desses bens (apenas os herdados do MAS representam mais de 15.000 itens), o Ministério adquiriu, em 2004, mobiliários, equipamentos e outros bens móveis permanentes.

Com vistas a inventariar o Patrimônio do MDS e também o seu Almojarifado, em outubro foram instituídas a Comissão Especial de Inventário de Bens Móveis Permanentes (Portaria Nº 14, de 28.09.04, publicada no DOU de 11.10.04, cujo prazo foi prorrogado pela Portaria Nº 49, de 10.12.04, publicada no DOU de 13.10.04 e Portaria Nº 8, de 17.02.05, publicada no DOU de 22.02.05) e a Comissão Especial de Inventário dos Materiais de Consumo existentes no Almojarifado (Portaria Nº 16, de 28.09.04, publicada no DOU de 11.10.04) e adquirido sistema, em fase de implantação, compatível com os demais Órgãos de onde são egressos os bens móveis do MDS, sendo que, para o controle do Almojarifado, o sistema já foi implantado.

O 1º Inventário de Bens Móveis Permanentes do MDS está em andamento, com a sua conclusão prevista para o final do mês de março/2005. É importante destacar, nesse caso, que uma das dificuldades encontradas pela Comissão foi a diversidade de espaços físicos ocupados pelo Ministério, adicionado ao fato das equipes ainda estarem em formação, gerando constantes mudanças físicas, inclusive com deslocamentos de bens entre prédios.

Em novembro/04 foi realizado o 1º Inventário do Almoxarifado, com os respectivos registros e baixas no SIAFI e SIASG, bem como realizado, em dezembro, o Inventário de Encerramento do Exercício/2004.

Após o encerramento dos trabalhos, os relatórios dos trabalhos dessas duas comissões especiais ficarão à disposição dos órgãos de controle na CGLA/SPOA.

Assim como nos demais campos da Logística e da Administração, foram implantados os procedimentos de funcionamento e controle do Almoxarifado e Patrimônio do MDS, sendo que, nesse último caso, os controles estão sendo ajustados juntamente com a realização do 1º Inventário.

3.1.5 PASSAGENS AÉREAS

O Ministério deu continuidade ao Contrato firmado pelo ex-Ministério da Assistência Social, em janeiro de 2004, com a empresa Freedom Turismo Ltda, vencedora do Pregão nº 08/2003.

O referido contrato foi rescindido por solicitação da empresa e pelo fato do Instrumento firmado não comportar mais aditamento de valores. A rescisão do contrato e a suspensão dos pagamentos basearam-se em orientações expedidas pela Consultoria Jurídica do MDS.

Foi realizado o Pregão 024/2004, presencial, em novembro, revogado em função dos valores apresentados não se ajustarem aos preços de mercado pesquisados pelo MDS, tendo sido realizado, em dezembro, novo processo licitatório, por meio do Pregão 029/2004, eletrônico, que resultou na contratação da empresa Miranda Turismo e Representações.

A emissão de passagens aéreas e a concessão de diárias se davam em Coordenações Gerais diferentes (embora vinculadas à SPOA) até novembro de 2004. Após este período, a emissão de passagens aéreas e diárias foram centralizadas na Coordenação-Geral de Recursos Humanos, tanto no que se refere aos controles, quanto à concessão e à gestão do contrato com a empresa de fornecimento de passagens aéreas.

3.1.6 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O MDS necessitou adquirir uma série de equipamentos de informática, em 2004, com vistas a atender as demandas existentes, em função do número de servidores que integram a estrutura desta Pasta, ainda com sua equipe em formação, e em substituição aos equipamentos obsoletos, oriundos dos Órgãos que deram origem ao Ministério.

Nesse contexto, foram adquiridos 442 computadores, por meio de Adesão às Atas de Registros de Preços do Ministério da Defesa e dos Correios, além de 130 impressoras, por meio de Adesão às Atas de Registros de Preços da AGU e do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, além de outros equipamentos e *softwares*, para os quais foram realizados processos licitatórios.

O MDS firmou, em junho de 2004, um contrato com a DATAPREV, em execução, para a prestação de serviços de infra-estrutura e de unificação da sua “Rede” nos diversos espaços físicos de funcionamento, em substituição aos suportes no campo da tecnologia da informação oriundos dos Órgãos que deram origem ao Ministério.

Com vistas a prestação de serviços de tecnologia da informação, com mão-de-obra especializada, foi realizado o Pregão Presencial nº 022/2004 para licitação de nova empresa prestadora de serviços de informática, em substituição ao contrato firmado com a empresa COBRA, cuja vigência encerrava-se em 23.12.2004. Esse Pregão foi objeto de Mandado de Segurança, tendo sido revogado.

Face ao fato acima mencionado, foi firmado contrato emergencial, em dezembro, com a empresa CTIS, com vigência de até 180 dias, prazo em que a Área de Informática deverá dar encaminhamento de novo Projeto Básico para elaboração de Edital e realização de licitação, na modalidade de Concorrência, em 2005.

Foi realizado o Pregão Presencial nº 034/2004, em dezembro, e contratada a empresa Adler, para a prestação de serviços de instalação, remanejamento e manutenção de pontos de rede lógica e elétrica, no Bloco C da Esplanada dos Ministérios.

3.1.7 CORREIOS

Foi firmado contrato com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, em março de 2004, para a prestação de serviços postais telemáticos.

Buscando uma melhor utilização do referido contrato, desde sua assinatura buscou-se junto aos Correios a utilização de agências franqueadas daquela Empresa, o

que não foi possível, razão pela qual os serviços de logística necessários ao MDS, complementares aos Correios, serão objeto de processo licitatório no primeiro semestre de 2005.

3.1.8 DISPENSAS DE LICITAÇÃO

Em 2004 foram realizadas 169 dispensas de licitação, em sua maioria, visando a realização de eventos das demais Áreas do Ministério, demandados pontualmente, bem como a capacitação de servidores do MDS.

3.1.9 LICITAÇÕES

Foi desenvolvido e implantado o Pregão Eletrônico no MDS, com recrutamento de novo pregoeiro, reforço à equipe anterior e treinamento de pessoal para operar a nova sistemática, que conduziu o MDS, segundo dados do Ministério do Planejamento divulgados na grande imprensa, a ser o 4º órgão federal, em 2004, com maior número de processos e volume de aquisição e contratação utilizando-se da nova sistemática (22% do total de seus dispêndios licitados), mais moderna, eficiente e ágil.

Ao todo, foram realizados, em 2004, 37 Pregões, presenciais e eletrônicos, para aquisição de material de consumo e permanente, bem como para a prestação de diversos serviços necessários ao Ministério (segurança, limpeza, copeiragem e outros), além das licitações já mencionadas anteriormente.

Nos Pregões realizados pelo MDS, em 2004, foram pesquisados os preços de mercado que previam gastos em torno de R\$ 8,23 milhões, tendo sido licitados pelo valor em torno de R\$ 5,66 milhões, o que significa uma economia auferida para a Administração de, aproximadamente, R\$ 2,57 milhões, ou seja, 31,23% de economicidade para o Governo.

Em 2005 pretende-se licitar a contratação de serviços de *call center* e de agência publicitária.

Tendo em vista a estruturação do Ministério, foram adquiridos parte dos bens móveis (cadeiras, mesas, estações de trabalho e outros mobiliários) por meio da Adesão às

Atas de Registros de Preços da Presidência da República e do Ministério do Turismo, além de equipamentos de informática mencionados anteriormente.

3.1.10 ESPAÇO FÍSICO/MUDANÇAS

Foram feitos diversos ajustes e mudanças nos espaços físicos ocupados pelo MDS, sendo eles: Blocos A, C e F da Esplanada dos Ministérios; Setor Comercial Sul – Edifício Toufic; 506 W3 Norte; e L2 Norte/Setor de Autarquias Norte – Prédio do DNIT.

Dentre as ações implementadas em relação aos espaços físicos, estão a implantação de rede elétrica e de ar condicionado, independentes, para o MDS no Bloco C da Esplanada dos Ministérios, além de terem sido realizados ajustes nas dependências do 4º andar do Bloco A, com o apoio da Presidência da República e do Condomínio daquele prédio, bem como adaptações no 4º, 5º e 6º andares do Bloco C, no Toufic e na 506 Norte.

Por outro lado, foram adquiridos os materiais para os ajustes no DNIT, cujas alterações estão em andamento, e foi negociado espaço provisório, com a ABIN, para depósito de móveis do MDS.

Estão sendo identificados/visitados espaços físicos disponíveis para locação, visando o atendimento da demanda atual do MDS, uma vez que não há disponibilidade de espaço físico em prédios da União.

Deve ser ressaltado que a administração/gestão de logística em cada prédio ocupado pela MDS é diferenciada, bem como os suportes dos respectivos Condomínios, quando esses existem.

3.1.11 APOIO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL TERCEIRIZADO

Foi realizado o Pregão nº 010/2004, em agosto, visando substituir os contratos com a TBA e POLIEDRO, herdados pelo MDS, na prestação de serviços de apoio administrativo e técnico. Esse Pregão foi suspenso por decisão judicial, tendo sido firmado contrato emergencial naquele mês, com vigência até 27/02/05, com a empresa Patrimonial.

Tendo em vista que o MDS ainda não possui quadro próprio de pessoal, o que já foi solicitado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, foram levantadas as necessidades de pessoal e iniciado novo processo licitatório (Pregão), levando-se em consideração as recomendações do Tribunal de Contas da União sobre a matéria.

3.1.12 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE

No campo da Logística e da Administração, a alocação dos recursos do Orçamento Geral da União se deu por meio da Ação “2000 - Administração da Unidade” do Programa 0750 – Apoio Administrativo, a qual não teve metas especificadas. No entanto, os principais tópicos relativos às atividades implementadas estão descritos anteriormente, de forma sucinta, neste Relatório.

Em relação à execução orçamentária da Ação mencionada anteriormente, foram empenhados R\$ 35.299.407,78 (trinta e cinco milhões, duzentos e noventa e nove mil, quatrocentos e sete reais e setenta e oito centavos), incluindo-se os recursos destinados à Informática, levando-se em consideração os empenhos realizados pela UG 550002 – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração, responsável pela gestão orçamentária de janeiro a agosto/04, e a UG 550005 – Coordenação-Geral de Logística e Administração, responsável pela gestão orçamentária de setembro a dezembro/04. Dos recursos empenhados, foram liquidados, em 2004, R\$ 30.486.326,07 (trinta milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, trezentos e vinte e seis reais e sete centavos).

3.1.13 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA – RECURSOS DE OUTRAS ÁREAS DO MDS

Foram executados pela Área de Logística e Administração, partes dos orçamentos das demais Áreas do MDS, incluindo-se Recursos Humanos, por meio da UG 550005 – Coordenação-Geral de Logística e Administração, atendendo às demandas apresentadas, totalizando empenhos de R\$ 49.013.587,00 (quarenta e nove milhões, treze mil, quinhentos e oitenta e sete reais), dos quais foram liquidados, em 2004, R\$

43.817.671,00 (quarenta e três milhões, oitocentos e dezessete mil, seiscentos e setenta e um reais).

Para o atendimento de demandas específicas das Secretarias do Ministério, foram firmados 05 (cinco) Convênios (em execução), abaixo relacionados e 01 (um) Projeto de Cooperação Técnica Internacional com o PNUD (em execução), cujas informações se encontram no tópico referente à Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação - SAGI.

CONVÊNIO	VIGÊNCIA	PROCESSO	CONVENIENTE	SEC. RESPONSÁVEL	OBJETO
CV MDS/001/04	14.09.2004/ 24.06.2005	71000.006204/2004-34	INSTITUTO PAULO FREIRE	SAIP	CONSOLIDAR AS REDES ESTADUAIS E NACIONAL DO TALHER
CV MDS/002/04	15/12/2004/ 15/12/2005	71000.006258/2004-08	ORGANIZAÇÃO DE AUXILIO FRATERNAL - OAF	SNAS	AÇÕES DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL JUNTO AOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS.
CV MDS/003/04	15/12/2004/ 15/12/2005	71000.007594/2004-60	CARITAS BRASILEIRAS	SNAS	PROJETO PARA INCLUSÃO SOCIAL E ECONOMICA DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS ORGANIZADOS EM ASSOCIAÇÕES E COOP. NO DF.
CV MDS/004/04	22/12/2004/ 22/06/2005	71000.006503/2004-79	GERAR - GERAÇÃO DE EMPREGO, RENDA E APOIO	SAIP	GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA PARA FAMILIAS BENEFICIARIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA.
CV MDS/005/04	28/12/2004/ 28/06/2005	71000.008531/2004-21	FUNDAÇÃO DE CIENCIA, APLICAÇÕES E TECNOLOGIA ESPACIAL - FUNCATE	SNAS	CRIAÇÃO DE UM AMBIENTE INFORMACIONAL GEORREFERENCIADO EM ESCALA MUNICIPAL DO TERRITORIO BRASILEIRO

3.2 COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Compete à Coordenação Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGOFC a coordenação, acompanhamento, orientação e supervisão das atividades orçamentárias, de programação financeira e de contabilidade relativas ao Orçamento Fiscal e de Seguridade Social, no âmbito do Ministério.

Dessa forma, a CGOFC está encarregada de participar, acompanhar e orientar, no âmbito do Ministério e em conjunto com as Secretarias de Orçamento Federal e do Tesouro Nacional, os procedimentos necessários à elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da proposta orçamentária da Pasta.

3.2.1 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E CONTÁBIL

Cabe destacar, inicialmente, que a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA (Unidade Gestora 550002), no primeiro quadrimestre de 2004, executou parte das programações relativas a Administração Direta deste Órgão enquanto se estruturavam as Unidades Gestoras/Executoras. Posteriormente, passou apenas a descentralizar as dotações alocadas pela Secretaria de Orçamento Federal - SOF e os recursos repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional. Por sua vez, observa-se que o montante de recursos do MDS transferidos pela UG 550002 – SPOA e operacionalizados pela CGOFC beneficiou uma quantidade expressiva de pessoas, tendo em vista os 5,0 milhões de beneficiários dos programas assistenciais e as 6,5 milhões de famílias que se encontram incluídas nas ações de transferência de renda do programa Bolsa Família.

No início de 2004, a execução orçamentária e financeira da Pasta ficou comprometida em função dos problemas estruturais e fatores circunstanciais decorrentes da incorporação de entidades com origens administrativas diversas. Apesar disso, a execução de despesas tais como os benefícios de prestação continuada, renda mensal vitalícia e transferência de renda do programa Bolsa Família tiveram pronto atendimento, sendo que as demais ações discricionárias obtiveram um desempenho excelente ao final do exercício.

Quanto à administração de seus recursos orçamentários e financeiros, foram realizadas diversas reformulações, por Leis, Decretos do Poder Executivo e Portarias do MDS, objetivando adequar o orçamento às reais necessidades do Ministério.

Visando o cumprimento das diretrizes e metas de política fiscal, estabelecidas pela Lei Nº 10.707 (LDO 2005), de 30 de julho de 2004, e pelo Decreto Nº 4.992, de 18 de fevereiro de 2004, (e sucessores) realizou-se, no decorrer do exercício, extensivo controle dos limites de empenho e pagamento das programações contingenciadas. O quadro a seguir, apurado junto ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, demonstra a execução orçamentária das ações desta Pasta de acordo com os limites propostos na legislação anteriormente citada.

R\$ mil

Discriminação	Dotação		Limite para Empenho (a)	Execução		%	
				Empenhado	Liquidado	Empenhado	Liquidado
				(b)	(c)	(d = b/a)	(e = c/a)
Anexo I	1.241.719	1.350.958	1.260.186	1.249.631	1.124.167	99,16%	89,21%
Anexo II	57	57	30	30	0	100,00%	0,00%
Anexo III	4.567.445	4.585.085	4.544.865	4.545.350	4.467.202	100,01%	98,29%
Total I + II + III	5.809.221	5.936.100	5.805.081	5.795.011	5.591.369	99,83%	96,32%

Fonte: Secretaria de Orçamento Federal - Sistema Integrado de Dados Orçamentários – SIDOR

Fontes de Recursos do Anexo I: 100, 111, 112, 113, 115, 116, 118, 120, 127, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 139, 141, 142, 147, 148, 149, 151, 153, 155, 157, 158, 162, 164, 172, 174, 175, 176, 180, 246, 247, 249, 280, 293, 900, 955, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Fontes de Recursos do Anexo II: 150, 181, 250, 281, e suas correspondentes, resultantes da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

Fontes de Recursos do Anexo III: 179 e sua correspondente, resultante da incorporação de saldos de exercícios anteriores.

No tocante ao processo de elaboração da proposta orçamentária do MDS relativo ao ano de 2004, observou-se a classificação programática constante na Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 42, de 14 de abril de 1999, bem como as disposições do Decreto nº 2.829, de 29 de outubro de 1998.

As receitas que financiam o orçamento desta Pasta compõem-se basicamente de fontes de recursos arrecadas pelo Tesouro Nacional. Dessa forma, o orçamento da administração direta foi composto pelas fontes 100, 151, 153 e 179.

Finalmente, a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, delegou a este Ministério a competência para aprovar os orçamentos gerais dos Serviços Sociais e de Aprendizagem, a saber: Serviço Social do Comércio - SESC, Serviço Social da Indústria - SESI e Serviço Social do Transporte - SEST, de modo que, em função dessa competência, foram publicadas as suas programações por esta Pasta.

3.3 COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS HUMANOS

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos está encarregada de estruturar as atividades de administração e capacitação profissional do quadro de servidores em exercício no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS.

Esta Coordenação-Geral operacionaliza a política de Recursos Humanos – RH, por meio de duas Coordenações: a Coordenação de Gestão de Pessoas tem a competência específica de administração de pessoal e a Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas, de gerir os planos de aperfeiçoamento e desenvolvimento de recursos humanos.

3.3.1 SITUAÇÃO DE SERVIDORES

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS não possui Quadro de Pessoal. Por isto, a força de trabalho é constituída de servidores nomeados para Cargos em Comissão, Requisitados, Exercício Descentralizado de Carreira e Lotação Provisória, conforme quadro a seguir:

Descrição	Quant (dez/04)	Percentua l
Requisitados	21 1	50,36
Nomeado Cargo em comissão	17 0	40,57
Exercício Descentralizado de Carreira	36	8,59
Lotação Provisória	2	0,48

Fonte: SIAPE

3.3.1.1 REQUISITADOS COM ÔNUS

Do quantitativo da força de trabalho, 07 (sete) são requisitados com ônus para o MDS, na forma do art. 11 do Decreto nº 4.050, de 12.12.2001, com a redação dada pelo

Decreto nº 5.213, de 24.09.2004, os quais geraram um custo anual de R\$ 277.349,60 (duzentos e setenta e sete mil, trezentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos).

3.3.2 ESTAGIÁRIOS

O MDS possui convênio com o Centro Integrado de Empresa Escola – CIEE. A bolsa mensal paga aos estagiários é no valor unitário de R\$ 260,00 (duzentos e sessenta reais) para Nível Superior e R\$ 145,00 (Cento e quarenta e cinco reais) para Nível Intermediário, valores estes fixados pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, na Portaria Normativa MP nº 08, de 23 de janeiro de 2001.

No exercício de 2004, houve acréscimo nos quantitativos de estagiários, conforme quadro a seguir:

ESCOLARIDADE	DEZ/03	DEZ/04
Nível Superior	48	73
Nível Médio	24	36
Total	72	109

Fonte: Coordenação de Desenvolvimento de Pessoas

3.3.3 DESPESAS

3.3.3.1 FOLHA DE PAGAMENTO

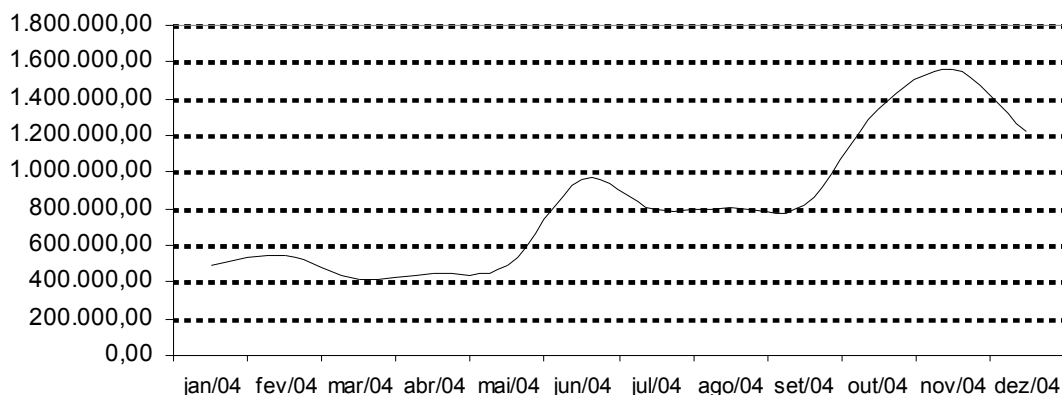
Verifica-se um incremento de valores nos meses de junho, outubro, novembro e dezembro, devido, respectivamente, adiantamento de gratificação natalina, devolução de PSS de servidores comissionados – Portaria Normativa SRH/MP nº 2/2004, gratificação natalina e férias, conforme tabela e gráfico a seguir.

MÊS	VALOR	VARIAÇÃO MENSAL
JANEIRO	486.228,26	-18,86
FEVEREIRO	541.921,18	11,45
MARÇO	410.288,38	-24,29
ABRIL	448.815,64	9,39
MAIO	486.289,89	8,35
JUNHO	959.874,71	97,39
JULHO	793.218,06	-17,36
AGOSTO	809.518,09	2,05
SETEMBRO	820.069,80	1,30
OUTUBRO	1.345.599,89	64,08

NOVEMBRO	1.559.463,96	15,89
DEZEMBRO	1.218.835,09	-21,84
Total	9.880.122,95	

Fonte : DDP

Gráfico 1 - FOLHA DE PAGAMENTO 2004 - (Valor Mensal)



3.3.3.2 – DIÁRIAS

No exercício de 2004 foi gasto com diárias, o valor de R\$ 686.484,77 (seiscentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e setenta e sete centavos) com servidores e colaboradores eventuais, conforme a tabela a seguir:

MÊS	VALOR
JANEIRO	21.522,17
FEVEREIRO	33.017,99
MARÇO	73.641,84
ABRIL	40.394,23
MAIO	53.500,27
JUNHO	57.634,23
JULHO	56.403,79
AGOSTO	57.833,59
SETEMBRO	81.205,78
OUTUBRO	75.138,37
NOVEMBRO	61.742,45
DEZEMBRO	74.450,06
TOTAL	686.484,77

Fonte: Coordenação de Finanças/CGLA

3.3.3.3 – AUXILIO MORADIA

No exercício de 2004 foi gasto o montante de R\$ 745.791,12 (setecentos e quarenta e cinco mil, setecentos e noventa e um e doze centavos), com o reembolso de auxílio moradia, conforme Decreto nº 1.840, de 20 de março de 1996, com servidores que foram deslocados para o exercício de cargo em comissão de níveis 4, 5, 6 e Natureza Especial, tendo em vista que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão não dispõe de imóvel funcional para alojar os servidores nomeados para os cargos citados, conforme Ofício-Circular nº 001/2004-SPU/MP, de 09.01.2004 e Ofício-Circular nº 002/2004-SPU/MP, de 19.07.2004. Os gastos mensais estão dispostos na tabela a seguir.

MÊS	VALOR
JANEIRO	47.506,36
FEVEREIRO	49.596,36
MARÇO	45.373,08
ABRIL	49.258,92
MAIO	52.972,72
JUNHO	45.775,19
JULHO	41.871,95
AGOSTO	80.863,30
SETEMBRO	80.540,65
OUTUBRO	83.700,89
NOVEMBRO	87.024,59
DEZEMBRO	81.307,11
TOTAL	745.791,12

Fonte: Coordenação de Finanças/CGLA

3.3.3.4 – AJUDA DE CUSTO

Em 2004, foi desembolsado o montante de R\$ 457.620,68 (quatrocentos e cinquenta mil, seiscentos e vinte reais e sessenta e oito centavos) com ajuda de custo, destinado a compensar as despesas de instalação de servidor que, no interesse da administração, passou a ter exercício neste Ministério, com mudança de domicílio em

caráter permanente, de acordo com o artigo 53 da Lei nº 8.112, de 1990 e legislação complementar, conforme quadro a seguir:

MÊS	VALOR
JANEIRO	8.362,80
FEVEREIRO	0,00
MARÇO	105.858,10
ABRIL	85.052,10
MAIO	65.924,60
JUNHO	33.784,50
JULHO	52.924,00
AGOSTO	25.562,50
SETEMBRO	17.675,00
OUTUBRO	11.372,60
NOVEMBRO	16.267,10
DEZEMBRO	34.837,38
TOTAL	457.620,68

3.3.4. REDISTRIBUIÇÃO DE CARGOS VAGOS PARA CRIAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

Encaminhado o Aviso nº 290/MDS, de 28 de dezembro de 2004 ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão solicitando o remanejamento de 1928 cargos vagos para este Ministério, com a finalidade de criação do Quadro de Pessoal e conseqüente autorização para que sejam providos, por meio de concurso público.

O levantamento dos cargos foi realizado a partir das demandas dos dirigentes das unidades integrantes do MDS, fundamentadas nas atribuições de cada cargo e quantitativos necessários, conforme demonstrativo a seguir:

CARGOS	QUANTITATIVO
Administração e Planejamento	08
Administrador	131
Agente Administrativo ou Ass. Admin.	575
Analista de Sistemas	87
Antropólogo	11
Arquiteto	08
Arquivista	33
Assistência Social	42
Assistente Téc Administrativo	36

CARGOS	QUANTITATIVO
Bibliotecário	11
Contador	48
Desenhista	06
Diagramador	04
Digitador	19
Economista	38
Engenheiro	18
Engenheiro Agrônomo	30
Engenheiro Civil	09
Engenheiro de Operações	08
Especialista NS e Tec. Especialista NS	293
Estatístico	22
Nutricionista	09
Pedagogo	22
Pesquisador	17
Programador	31
Psicólogo	22
Redator	34
Secretária Executiva	29
Sociólogo	21
Técnico de Documentação	06
Tec Nivel Médio	25
Tec. Comunicação Social	78
Tec.de Arquivo	12
Tec. em Pesquisa	10
Tec. Nivel Superior	39
Tec. Processamento de Dados	18
Tec.Contabilidade	100
Técnico de Assuntos Educacionais	06
Tradutor	08
Tradutor Interprete	02
Tradutor Sinais	02
Total	1928

3.3.5 - CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES

As ações passaram a ser implementadas com maior intensidade a partir do 2º semestre de 2004, tendo em vista a publicação do Decreto nº 5.074, em 11 de maio de 2004, que aprovou a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos

em Comissão e das Funções Gratificadas deste Ministério e, principalmente, a inexistência de Quadro Efetivo.

Foram destinadas para 2004 as seguintes dotações orçamentárias para as ações de capacitação do Ministério:

PROGRAMA/ AÇÃO	DOTAÇÃO (R\$)
0072 Gestão da Política de Assistência Social	
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	100.000,00
1006 Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional	
4572 Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	75.000,00
Total	175.000,00

As oportunidades de capacitação foram efetuadas por meio de inscrições de servidores em eventos promovidos por entidades externas. Houve participação em 23 eventos, entre os quais cursos, congressos, seminários e conferências.

Participaram de eventos na área gerencial e área técnica 125 (cento e vinte e cinco) servidores, em um quadro de 419 cargos, o que representa um percentual de **29,83%** do total de servidores em exercício no MDS.

Os quadros a seguir demonstram as participações dos servidores por área de conhecimento.

3.3.5.1 ÁREA GERENCIAL

Observamos a participação de 34 servidores, o que representa um percentual de **8,11%** do total de servidores em exercício no MDS (419 cargos) na área gerencial, nos seguintes eventos:

3.3.5.1.1 - RECURSOS HUMANOS

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	EMPRESA PROMOTORA	VALOR R\$	Nº DE PARTIC	%
Encontro Anual de RH - ENCONTRARH	Brasília/DF	19 a 21/10/04	ABRH/DF	2.640,00	6	1,43

3.3.5.1.2 - POLÍTICAS PÚBLICAS

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	EMPRESA PROMOTORA	VALOR R\$	Nº DE PARTIC	%
Curso Indicadores Sociais e Políticas Públicas	Rio de Janeiro/RJ	07 a 09/07/04	Escola Nacional de Ciências Estatísticas/ENCE e IBGE	Sem Custo	01	0,24
Curso Desenvolvimento de Sistemas de Indicadores de Desempenho Institucional para Órgãos Públicos	Brasília/DF	16 a 17/12/04	Unidade Brasília Representações	1.290,00	01	0,24

3.3.5.1.3 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	EMPRESA PROMOTORA	VALOR	Nº DE PARTIC	%
CONIP – Congresso de Informática	Brasília/DF	20 a 22/09/04	IDETI – Inst. de Desenv. de Eventos em Tecnol. da Informação	5.100,00	17	4,06
Comdex – Congresso de Informática	São Paulo/SP	17 a 19/08/04	SUCESU – Sociedade de Usuários de Informática e Telecommunic.	775,00	01	0,24

3.3.5.1.4 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	EMPRESA PROMOTORA	VALOR	Nº DE PARTIC	%
XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais III Encontro Nacional de Serviço Social e Seguridade	Fortaleza/CE	17 a 22/10/04	CFSS – Conselho Federal de Serviço Social	1.600,00	05	1,19

Conferência Internacional de Gestão Social	Porto Alegre/RS	07 a 12/11/04	SESI-RS	416,00	01	0,24
--	-----------------	---------------	---------	--------	----	------

3.3.5.1.5 - ADMINISTRAÇÃO

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	EMPRESA PROMOTORA	VALOR	Nº DE PARTIC	%
7º Seminário Nacional – Habilidades e Competências	Brasília/DF	10 a 11/11/04	IBAP – Educação Empresarial	2.300,00	02	0,48

3.3.5.2 - ÁREA TÉCNICA

Participaram dos treinamentos 91 servidores, o que representou um percentual de 21,71% dos servidores em exercício no MDS (419 cargos). Os servidores participaram dos seguintes eventos:

3.3.5.2.1 - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	EMPRESA PROMOTORA	VALOR	Nº DE PARTIC	%
II Semana do Software Livre do RJ Geo Livre RJ Software Livre para GEO	Rio de Janeiro/RJ	18 a 22/10/04	OPENGEO Consultoria de Informática Ltda	4.800,00	03	0,72
19º Simpósio Brasileiro de Banco de Dados 18º Simpósio Brasileiro de Engenharia de Software I Workshop Brasileiro de Desenv. de Software Orientado a Aspectos	Brasília/DF	18 a 20/10/04	Sociedade Brasileira de Computação	2.085,00	03	0,72

Congresso ORACLE OPEN WORLD	São Paulo/SP	26 a 28/10/04	ORACLE do Brasil Sistemas LTDA	1.900,00	02	0,48
-----------------------------------	--------------	---------------	--------------------------------------	----------	----	------

3.3.5.2.2 – ORÇAMENTO

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	EMPRESA PROMOTORA	VALOR	Nº DE PARTIC	%
XVII – Curso de Planejamento e Orçamento Público	Brasília/DF	13/09 a 09/12/04	ABOP – Assoc. Brasileira de Orçamento Público	4.400,00	01	0,24

3.3.5.2.3 - ADMINISTRAÇÃO

EVENTO	LOCAL	PERÍODO	EMPRESA PROMOTORA	VALOR	Nº DE PARTIC	%
Curso de Convênios e Termos de Parceria: elaboração e acompanhamento	ENAP	26 a 29/07/04	ENAP	5.000,00	27	6,44
Treinamento CPR – MDS	Brasília/DF	20 a 22.09.04	STN	Sem Custo	10	2,39
Curso – Sistema de Contratação por Pregão	Brasília/DF	21 a 22/10/04	IOC – Ione - Cursos	3.750,00	03	0,72
Congresso Nacional do Cerimonial Público	Brasília/DF	04 a 06/11/04	CNCP - Comitê Nacional do Cerimonial Público	2.100,00	02	0,48
Seminário sobre Direito Processual Administrativo Disciplinar	Brasília/DF	11 a 12/11/04	IOC – Ione Cursos	3.750,00	03	0,72
Curso Sistema de Contratação por Pregão com Habilitação para Pregoeiro e Equipe de Apoio	Brasília/DF	01 a 02/11/04	IOC – Ione - Cursos	2.580,00	02	0,48
I Fórum Brasileiro de Controle da Administração Pública	Rio de Janeiro/RJ	02 a 03/08/04	Editora Fórum LTDA	590,00	01	0,24

I Fórum Brasileiro de Direito Administrativo e Constitucional	Brasília/DF	25 a 26/10/04	Editores Fórum LTDA	7.920,00	08	1,91
Treinamento SIASG	Brasília/DF	13 a 17/12/04	SERPRO	1.635,33	09	2,15
Curso de Aperfeiçoamento para Secretárias	Brasília/DF	13 a 17/12/04	ABRH/DF	5.300,00	13	3,10
Licitações e Contratos (Novas soluções para velhos problemas)	Brasília/DF	16 a 17/12/04	ELO Consultoria Empresarial e Produção de Eventos LTDA	5.960,00	04	0,95

3.3.6 - PLANO DE CAPACITAÇÃO

Elaborou-se proposta de Portaria, dispondo sobre o Plano de Capacitação, objetivando que em 2005, todos os servidores em exercício no MDS, tenham pelo menos uma oportunidade de capacitação.

Também, ministrou-se cartilha para servidores, com vistas à divulgação da competência do Ministério e dos direitos e deveres dos servidores em exercício no MDS.

3.3.7- PLANO DE SAÚDE

O MDS não dispõe de Plano de Saúde para os servidores em exercício no Ministério. Assim, foi elaborado Termo de Referência visando a adoção de providências, no termos da Lei 8.666, de 1993, para implementação em 2005 de um plano que atenda, dentro do limite orçamentário de R\$ 308.880,00 (trezentos e oito mil, oitocentos e oitenta reais), as necessidades dos servidores.

3.4 COORDENAÇÃO-GERAL DE INFORMÁTICA

A estruturação do atendimento das necessidades de tecnologia da informação constituiu-se em um considerável desafio, tendo em vista que a criação do MDS foi resultante da unificação de três órgãos, os quais possuíam estruturas próprias e diversificadas, que encontravam-se inclusive dispersas em espaços físicos distintos.

3.4.1 – SITUAÇÃO INICIAL

No primeiro momento, funcionavam várias redes lógicas, simultaneamente: a da Presidência da República, que atendia a SESAN (extinto Ministério Especial de Segurança Alimentar e Combate à Fome) e a SENARC (Comissão Gestora do Bolsa Família) e a rede do Ministério da Previdência Social/DATAPREV, responsável pelo atendimento da SNAS e demais órgãos que se sucederam na utilização da estrutura do Ministério da Assistência Social – MAS. Esse quadro representava um sério entrave ao regular funcionamento do MDS, à medida em que apresentava elevado grau de instabilidade e ineficiência dos sistemas de informação.

Além disso, o parque de equipamentos e sistemas então existente era composto de elementos em sua maioria obsoletos e em quantidade extremamente reduzida para o atendimento das necessidades do novo ministério.

3.4.2 – METODOLOGIA DE TRABALHO

Na tentativa de definir metodologia e padrões para toda a CGI, está em processo de implantação o Escritório de Projetos, que adota a metodologia de gerência de projetos baseada no PMI/PMBok (*Project Management Institute/Guide to the Project Management Body of Knowledge*), visando uma administração por projetos e a metodologia de desenvolvimento de sistemas baseada no Processo Unificado-UP.

3.4.3 – REALIZAÇÕES

Elencamos a seguir as principais realizações da CGI em 2004:

3.4.3.1 - INFRA ESTRUTURA

- Migração das redes PR-Planalto e Previdência Social para rede única da DATAPREV-DF.
- Aquisição, configuração e distribuição de 442 microcomputadores.
- Aquisição e distribuição de 130 impressoras.
- Contratação, via pregão, da empresa Adler para instalação de 100 pontos lógicos de rede e 100 pontos elétricos estabilizados, remanejamento de outros 250 pontos lógicos de rede e 250 pontos elétricos estabilizados nas dependências do Bloco C.

3.4.3.2 - DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

- Reestruturação do Sistema de Acompanhamento Físico-Financeiro da Assistência Social - Sifas Web, contemplando a abertura de acesso, pela Internet, a todos os municípios.
- Desenvolvimento do sistema PAA (Programa de Aquisição Alimentar), para a SESAN, com término previsto para agosto de 2005.
- Implantação do sistema ASI (Patrimônio e Almoxarifado), para a CGLA.
- Criação e Implantação da Agenda do Ministro na Internet.
- Desenvolvimento e implantação do Portal do MDS.
- Elaboração de projeto de implementação e uso de software livre nos seguintes segmentos: Office (escritório), Portal, Sistemas Operacionais, Gerenciadores de Banco de Dados e Linguagem de Programação.

3.5 ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

A Assessoria de Comunicação Social do MDS, faz parte do SICOM (Sistema de Comunicação Social do Poder Executivo Federal) instituído pelo Decreto nº 785, de 27 de março de 1993. O SICOM tem como órgão central a Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República, além de unidades administrativas dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal que têm a atribuição de gerir atividades de comunicação de governo.

A ASCOM/MDS não possui unidade gestora própria. O orçamento referente à rubrica de Publicidade de Utilidade Pública do ano de 2004 foi executado por intermédio do Termo de Cooperação Técnica, assinado em 6 de outubro de 2004, entre o MDS e a Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão estratégica da Presidência da República.

O objetivo da comunicação da publicidade de utilidade pública é informar e mobilizar a população, favorecendo a implementação de políticas públicas, de acordo com as diretrizes do Governo Federal. Assim, é estabelecida a comunicação com os diversos públicos estratégicos: gestores, beneficiários dos programas e sociedade civil. Embora a comunicação publicitária seja uma ferramenta extremamente importante para o MDS, a Assessoria de Comunicação não está restrita a ela, incluindo também, no desenho atual do seu organograma, além da Coordenação de Publicidade, as Coordenações de Imprensa, Internet e Eventos.

3.5.1- OBJETIVOS E METAS

A comunicação na esfera pública não deve reproduzir a lógica da publicidade de mercadorias. Embora as técnicas e meios de produção dos materiais possam ser os mesmos, os pressupostos, os conceitos, o objetivo e a natureza da matéria comunicada devem ser absolutamente distintos.

O que se faz na esfera pública deveria estar mais próximo da idéia de propaganda (do latim *propagare*), que do sentido usual da expressão publicidade, embora o termo possa originalmente designar o ato de “tornar público”, e, nesse sentido, compatível com os objetivos da comunicação dos entes públicos.

Cabe aos ministérios, por meio da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República – Secom/PR e da Assessoria de Comunicação, a realização da Publicidade Legal e da Publicidade de Utilidade Pública-PUP. As campanhas institucionais cabem exclusivamente à Secom/PR.

No processo de estruturação da comunicação do MDS, foram definidos inicialmente os conceitos de comunicação publicitária para o Ministério, seus programas e Secretarias e criada uma linha de comunicação para as peças impressas e eletrônicas.

O conceito de inclusão social é o conceito-chave da comunicação do MDS. Os materiais gráficos e eletrônicos de cada Secretaria, no entanto, devem destacar as suas diretrizes específicas: segurança alimentar e nutricional, assistência social e transferência de renda de cidadania, geração de dados, pesquisa e informação confiáveis e legítimos, além das parcerias. Nesse sentido, foram definidos subconceitos e, especialmente, linhas de criação e público prioritário para o trabalho realizado por cada área específica.

Entre os principais conceitos está a definição de que a publicidade do MDS terá uma abordagem realista. Exemplificando: nos materiais que enfoquem beneficiários não serão utilizadas fotografias de bancos de imagens e não serão contratados modelos profissionais, mas apenas beneficiários dos programas – por meio de contrato de cessão de imagem –, à exceção do programa Sentinela (Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes). Deve-se evitar ainda que as mensagens reproduzam estereótipos de deficiência, velhice ou de validação de um único modelo de nucleação familiar.

3.5.2 - ANÁLISE DO RESULTADO ALCANÇADO

Em 2004, ano de criação do MDS, a Assessoria de Comunicação iniciou seu processo de estruturação. Foram desenvolvidas gestões visando a estruturação do órgão, por meio da composição/fortalecimento da equipe, montagem de espaço físico, definição de fluxos administrativos e relacionamento com as demais áreas do Ministério e com o órgão central do sistema de comunicação, a Secom/PR.

Coletivamente, foi elaborada junto aos Secretários e suas equipes uma listagem de peças gráficas e eletrônicas que deveriam ser produzidas até o final daquele exercício. Procurou-se produzir materiais coringas, que pudessem atender à demanda das

Secretarias, mas que fossem, simultaneamente, transversais ou abrangentes, para ampliar a utilidade dos mesmos.

Em articulação com a Secom/PR, SPOA e CGLA, foi elaborado edital para licitação de duas agências de publicidade para atuação a partir de 2005.

Os recursos previstos para a Publicidade de Utilidade Pública-PUP em 2004 foram executados apenas no final do exercício, a partir do mês de outubro, por meio de descentralização de créditos orçamentários para a Secom/PR, conforme quadro a seguir:

PUBLICIDADE DE UTILIDADE PÚBLICA – PUP		
Recursos Descentralizados para a Secom/PR em 2004		
Programa	Orçamento	Descentralizado
0068 Erradicação do Trabalho Infantil	720.000,	720.000,
0073 Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	342.000,	342.000,
1048 Educação para Alimentação Saudável	3.607.399,	0,
1049 Acesso à Alimentação	2.500.000,	1.838.000,
1335 Transferência de Renda c/ Condicionais	2.000.000,	2.000.000,
8007 Resíduos Sólidos Urbanos	100.000,	100.000,
Total	9.269.399,	5.000.000,

Fonte: SIAFI/STN (acumulado até 15/01/2005)

A estratégia de produzir inicialmente materiais coringas ou abrangentes, permitiu que fosse suprida, ao menos parcialmente, a deficiência de materiais que subsidiassem a participação do MDS em eventos. Ao mesmo tempo, procurou-se atender a demanda intensa de materiais destinados aos gestores municipais. Foram impressas 1 milhão e 811 mil peças publicitárias, entre *folders*, cartilhas, manuais e guias e realizados 6 vídeos, relativos ao PETI, Cisternas, SUAS, população de rua e Bolsa Família.

3.5.3 - PRINCIPAIS PROPOSTAS E DESAFIOS PARA 2005

3.6. . Contratação por meio de processo licitatório de Agência Publicitária para profissionalização do processo de produção e divulgação das campanhas do Ministério;

. Adequação da estrutura física, por meio da ampliação do espaço físico e aquisição de equipamentos e materiais suficientes para o desenvolvimento dos trabalhos;

. Reforço da equipe de trabalho, com a incorporação de outros profissionais;

- . Mobilização de parcerias para a produção e, principalmente, veiculação de matérias, visando ampliar o alcance das ações de comunicação sem gerar forte impacto orçamentário-financeiro;
- . Veiculação de campanhas estratégicas de mobilização e utilidade pública, tais como:
 - a) Bolsa Família, sendo uma voltada para os beneficiários, focada na família e nas condicionalidades de saúde e educação e outra destinada aos gestores e controle social, visando a mobilização dos municípios para a atualização dos cadastros;
 - b) Educação Alimentar, com foco em nutrição e direito à alimentação regular e de qualidade, incluindo também programas como as compras da produção agrícola familiar e construção de cisternas.

4. SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

A SAGI tem como finalidade a geração e disseminação de informações que auxiliem no acompanhamento, na avaliação e no monitoramento das políticas sociais a cargo do MDS.

Todas as ações sob a responsabilidade da SAGI guardam estreita relação com a finalidade da Secretaria e estão distribuídas em três Programas de Governo. São ações que tratam do monitoramento e avaliação de programas sociais, da realização de pesquisas e estudos sobre a eficácia da execução desses programas, bem como da capacitação dos gestores dessas políticas, nas três instâncias de governo.

Durante o ano de 2004, a execução dos recursos alocados nas cinco ações de responsabilidade da SAGI deu-se por meio de sua transferência a Organismos Internacionais, bem como por meio de descentralização de créditos a outros órgãos do Governo Federal.

Uma característica geral das ações executadas pela SAGI, é que se trata de Programas de Gestão Pública. Desse modo, não possuem indicadores de eficácia, eficiência e efetividade. A execução financeira, na maioria dos casos, ocorreu de modo extremamente satisfatório ainda no final do exercício de 2004. É importante ressaltar que mesmo no caso de baixas execuções físicas apresentadas, a execução destas ações dar-se-á ainda neste exercício de 2005, em conformidade com as metas planejadas.

4.1 PROGRAMAS E AÇÕES

Programa: 0072 - Gestão da Política de Assistência Social

AÇÃO: 6388 Avaliação dos Programas e Ações do Ministério da Assistência Social.

Planejado		Executado		
Metas físicas	Metas financeiras	Metas físicas	Metas financeiras	%
10 programas avaliados	2.000.000,00	0 Programas Avaliados	2.000.000,00	100%

A execução financeira integral da ação deu-se por meio da transferência dos recursos para o Projeto BRA-04/046 - Fortalecimento Institucional da SAGI, firmado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD.

Encontram-se em execução ações no sentido de avaliar os programas do Ministério:

O BPC – Benefício de Prestação Continuada é objeto de quatro pesquisas que têm por objetivo: 1) o estudo sobre a implementação do programa; 2) estimativas de crescimento do público-alvo potencial do BPC (idosos) para o período 2005-2010; 3) estudo sobre os índices de cobertura do BPC e demanda potencial atual; e 4) estudo sobre o impacto potencial do BPC no sistema previdenciário brasileiro.

Está sendo realizada uma pesquisa para elaboração do índice de elegibilidade para o *Programa SENTINELA*, que é um conjunto de ações sociais especializadas e multiprofissionais dirigidas a crianças, adolescentes e famílias envolvidas com a violência sexual.

Estão sendo elaboradas ainda uma pesquisa para o levantamento dos beneficiários do *PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil* e três pesquisas tendo por objeto a *Rede de Serviços de Ação Continuada*.

Programa: 1006 - Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional

Ação 5098 - Implantação do Sistema de Planejamento, Monitoramento e Avaliação da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Planejado		Executado		
Metas físicas	Metas financeiras	Metas físicas	Metas financeiras	%
16 sistemas implantados	2.670.420,00	0 Sistemas Implantados	2.130.698,00	79,79%

Não houve alocação do financeiro desta ação para as realizações abaixo relatadas, no entanto cabe ressaltá-las por se tratarem de realizações que contribuem para o que se propõe na ação.

1) Visualizador Bolsa Família (SAGITEC) e Visualizador Ação Emergencial, possibilitando a consulta de nomes, endereços, quantitativo e faixa etária dos dependentes, municípios e

estados beneficiados, valor total dos benefícios, sua distribuição entre benefício básico e variável e outros relatórios; e

2) Para a construção do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Segurança Alimentar e Nutricional foi realizada uma pesquisa pelo IBGE, como suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, cujo repasse de recursos se deu por meio de destaque orçamentário. Apesar da Pesquisa de Insegurança Alimentar ter sido realizada em 2004, o IBGE disponibilizará seus resultados somente no segundo semestre de 2005. Cabe destacar que a construção desse Sistema depende da divulgação desses dados pelo IBGE.

Programa: 1096 - Avaliação de Políticas Sociais do Governo Federal

AÇÃO: 4923 - Avaliação de Políticas Sociais do Governo.

Planejado		Executado		
Metas físicas	Metas financeiras	Metas físicas	Metas financeiras	%
10 políticas avaliadas	3.600.000,00	0 Programas Avaliados	3.600.000,00	100%

A execução financeira dos recursos alocados para a ação deu-se por meio da transferência ao Projeto BRA-04/046 – Fortalecimento Institucional da SAGI, firmado com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD. Esta transferência ocorreu no fim de 2004, data a partir da qual também foi possível o início da execução física destes recursos alocados. Estão sendo realizadas ações para a execução das seguintes pesquisas, cabendo ressaltar que aquelas que ocorrem pela FAO, utilizam recursos do orçamento 2003, no valor de R\$ 16.732.033,00, embora sua realização venha a acontecer com as demais neste exercício de 2005:

Programa	Pesquisa	Objetivo
PAA (FAO)	Estudo comparativo das diferentes modalidades do PAA - Região Nordeste (o estudo inclui a análise sobre as percepções e perspectivas dos produtores beneficiados e não beneficiados a respeito de diferentes aspectos)	Avaliar a efetividade do programa em suas quatro modalidades, comparando a cadeia de implementação, mapeando os fluxos de todas as etapas de implementação; avaliar as percepções dos agricultores que constituem o público alvo do programa, etc.
	Estudo do impacto do programa sobre os arranjos econômicos locais.	Avaliar o potencial de mercado gerado pelas compras públicas do PAA; analisar os efeitos gerados pelo PAA sobre os atores envolvidos na comercialização de produtos da agricultura familiar; avaliar o desempenho institucional do programa focando na otimização do acesso aos mercados locais pelos agricultores familiares; comparar os resultados do PAA no mercado local na região sul e nordeste.
PAA – Leite (FAO)	Estudo sobre os beneficiários (produtores e consumidores) do programa	Avaliar a seleção e percepção dos beneficiários sobre o programa e avaliar os efeitos do programa na estrutura produtiva das usinas e no mercado leiteiro.
Restaurantes Populares (FAO)	Caracterização e avaliação dos restaurantes populares existentes	Identificar e caracterizar as diferentes modalidades de implantação de restaurantes populares, mapeando os existentes e caracterizando suas diferentes modalidades de implantação.
	Estudo do perfil dos usuários dos restaurantes populares	Investigar o perfil dos usuários dos principais restaurantes populares em funcionamento para subsidiar o MDS na expansão da rede de restaurantes populares
Cisternas (FAO)	Estudo do impacto do programa sobre a vida dos beneficiários	Avaliar o programa dentro das seguintes dimensões: percepção quanto aos efeitos do programa sobre as condições de vida dos beneficiários; sustentabilidade do programa, medida, principalmente por meio das condições e capacidade de manutenção das cisternas construídas.
	Estudo sobre a implementação, seleção e sustentabilidade do Programa.	Avaliar a forma pela qual as famílias beneficiadas foram selecionadas e a existência de critérios claros de seleção de beneficiários; avaliar os processos de capacitação realizados pela ASA junto aos beneficiários do programa.
Bolsa Família	Pesquisa domiciliar longitudinal (PNUD)	Avaliar o impacto da transferência de renda no consumo de alimentos, e a antropometria de menores de sete anos de idade, gastos com educação, saúde e vestuário, dentre outros.
	Pesquisa de opinião com os beneficiários do Programa Bolsa Família (FAO)	Investigar as percepções dos beneficiários do programa BF sobre o mesmo.
	Estudo sobre impacto das transferências na renda municipal	Analisar a importância do Bolsa Família no total da população e em relação aos recursos disponíveis ou transferidos para os municípios.
Segurança Alimentar (IBGE)	Suplemento da PNAD sobre Segurança Alimentar	Avaliar e acompanhar, com indicadores diretos, a situação de insegurança alimentar em famílias brasileiras.

OBS: Tendo em vista a reforma ministerial ocorrida em janeiro de 2004, houve um processo de construção e ajuste da nova estrutura administrativa do Ministério, ocasionando assim, atraso no início da execução do projeto FAO, com vigência até 31/12/2006. O Plano de Trabalho de 2004 somente foi aprovado pelo Comitê Diretivo do Projeto em setembro de 2004, mantendo-se as atividades prevista no Prodoc.

Ação: 4924 - Capacitação de Técnicos e Gestores Estaduais e Municipais em Políticas Sociais

Planejado		Executado			
Metas físicas	Metas financeiras	Metas físicas	%	Metas financeiras	%
3.200 Pessoas Capacitadas	1.800.000,00	630 Pessoas Capacitadas	19,70%	1.788.781,00	99,38%

Foram realizados Seminários, *workshops* e encontros de discussão dos Programas do MDS, objetivando promover um primeiro nivelamento de conceitos e premissas básicas que tornam possível avançar-se, neste exercício, com ações de capacitação em sentido estrito. Deste modo foram realizados:

- . capacitação do SAGITEC;
- . oficina de construção de indicadores de monitoramento e avaliação do PETI;
- . apresentação dos estudos dos impactos do Bolsa Família;
- . Oficinas promovidas com a participação das instituições *Science* (Sociedade Científica da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, vinculada ao IBGE) e o Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da UFMG - CEDEPLAR sobre o desenho da amostra e sistema de análise de dados da pesquisa do Bolsa Família.

4.2 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

Beneficiário	Instrumento	Objeto	Assinatura	vigência	Recursos
Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE	Convênio nº146/2004 -Processo nº 71000.004955/2004-16	Apoio ao desenvolvimento de pesquisa científica, em forma de suplemento para investigar informações sobre dimensões de Segurança e Insegurança Alimentar a ser incluída na PNAD.	18 de outubro de 2004	31/05/2006.	Concedente- R\$2.000.000,00; Conveniente- R\$6.543.859,00.

Observações:

Para a construção do Sistema de Monitoramento e Avaliação de Segurança Alimentar e Nutricional foi realizada uma pesquisa pelo IBGE, como suplemento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, cujo repasse de recursos se deu por meio de destaque orçamentário. Apesar da Pesquisa de Insegurança Alimentar ter sido realizada em 2004, o IBGE disponibilizará seus resultados somente no segundo semestre de 2005. Cabe destacar que a construção desse Sistema depende da divulgação desses dados pelo IBGE e que o convênio tem data de vigência até 2006.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento- PNUD.	Projeto BRA 04/046 - Fortalecimento Institucional da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do MDS.	O Fortalecimento da SAGI, para desenvolver um processo sistemático de avaliação e monitoramento das políticas e programas sociais geridos pelo MDS; instituir um sistema de informações que atenda a necessidade de avaliação, monitoramento e gestão de políticas sociais; capacitar agentes em políticas e programas sociais; e instituir mecanismos de acesso público às informações referentes às políticas e programas sociais.	28/10/2004	Até dezembro de 2006.	Documento de projeto no montante de US\$ 8.439.171, correspondente a R\$ 24.220.420,00, calculados à taxa de câmbio de outubro/2004 (US\$ 1,00 = R\$2,87).
--	---	--	------------	-----------------------	--

Observações:

Os recursos do projeto de cooperação são apropriados nas seguintes classificações orçamentárias: 0072- Gestão da Política de Assistência Social; 6388-Avaliação dos Programas e Ações do ministério de Assistência Social; 1006- Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional e 1096- Avaliação de Políticas Sociais do Governo Federal; 4923-Avaliação de Políticas Sociais do Governo e 4924-Capacitação de Técnicos e Gestores Estaduais e Municipais em Políticas Sociais.

A execução das ações no âmbito do Projeto de Cooperação estão detalhados nas informações de cada uma das ações neste Relatório de Gestão da SAGI.

5. 5. SECRETARIA DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL E PARCERIAS

A SAIP tem como missão institucional *“promover a articulação e a integração das ações relativas à inclusão social e promoção da cidadania no âmbito do Ministério, dos diversos níveis de governo e da sociedade civil, para lograr a intersetorialidade, transversalidade e sinergia dos programas sociais do governo, convergindo e compatibilizando esforços e estimulando parcerias”*.

Seu objetivo prioritário é, portanto, ampliar, qualificar e implementar parcerias com a sociedade civil organizada e o segmento empresarial para o fortalecimento das políticas de desenvolvimento social do governo, além da articulação dos programas e ações do MDS com os demais programas com interface no governo federal.

Para atender à sua missão, a SAIP está estruturada em dois departamentos: o Departamento de Articulação Governamental e o Departamento de Articulação e Mobilização Social.

5.1 - OBJETIVOS E METAS

A SAIP é responsável pela execução da ação 6444 – Educação Cidadã e Mobilização Social, componente do Programa 1006 – Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional.

Esta ação tem por finalidade realizar a mobilização da sociedade brasileira em torno dos esforços de combate à fome e à miséria, desencadeando um processo educativo de toda a sociedade, inclusive dos beneficiados dos programas sociais, visando a promoção da cidadania e a inclusão social.

São realizadas atividades de logística, capacitação, elaboração e reprodução de material didático-informativo, entre outras ações, visando a Constituição dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA nos estados e municípios e a implantação das políticas governamentais do Fome Zero em todo o país, por meio da articulação de

uma rede de entidades da sociedade civil envolvidas com o problema, denominada Rede de Educação Cidadã – Talher Nacional.

5.2 - INDICADORES

Os principais indicadores do desempenho das ações da SAIP são:

- a) evolução de Número de certificados concedidos aos doadores de produtos;
- b) evolução dos valores financeiros das doações de produtos;
- c) comparativo de doações por tipo de produto;
- d) destino das doações 2003 / 2004;
- e) atendimento de demandas para uso da Marca Fome Zero;
- f) parcerias efetivadas – Termos de Cooperação e Convênios realizados ou com intermediação da SAIP; e
- g) projetos de parceiros registrados no banco de dados do COEP.

5.3 - ANÁLISE DOS RESULTADOS

A SAIP articulou parcerias com mais de 100 empresas e organizações não-governamentais (ONGs), em ações que têm impacto sobre a vida de milhares de brasileiros.

Um importante instrumento para viabilizar a as parcerias foi a constituição do Núcleo de Articulação e Parcerias composto pelos seguintes órgãos/entidades: Assessoria Especial da Presidência para a Mobilização Social do Fome Zero, Secom/PR, Instituto Ethos, COEP, ONG Apoio Fome Zero e CONSEA, visando definir as diretrizes para a mobilização de parcerias, definir os papéis de cada entidade para evitar duplicidade ou superposições de ações e mobilizar, articular, ampliar e qualificar as parcerias do Fome Zero.

Através das articulações viabilizadas com o apoio do Núcleo foi possível constituir a Rede de Comunicação dos Parceiros Fome Zero, como forma de potencializar as ações de comunicação e dar maior visibilidade às ações desenvolvidas no âmbito do Fome Zero, de forma articulada e permanente e compartilhar o Banco de Dados Fome Zero do COEP.

Em 2004 foram realizados 251 projetos estruturantes e de geração de trabalho e renda através de 39 empresas parceiras, com recursos da iniciativa privada, sem ônus para o tesouro, atingindo 16.728.916 beneficiários diretos.

Entre os principais parceiros, destacam-se a Febraban, a Coca-Cola, o Banco do Brasil, a Petrobrás, a Caixa Econômica Federal, a Conab e as empresas de telefonia fixa e móvel.

A Febraban está envolvida na construção de cisternas no semi-árido, servindo como um expressivo exemplo das possibilidades de atuação conjunta, sem recursos orçamentários/financeiros envolvidos por parte deste ministério.

A Coca-Cola, por sua vez, está implantando uma rede de restaurantes populares em vários municípios brasileiros, possibilitando que milhares de pessoas carentes tenham diariamente acesso a uma refeição de qualidade ao preço de R\$ 1,00.

Entre 2003 e 2004, foram instalados restaurantes em Porto Alegre (RS), Manaus (AM), Cuiabá (MT), Maracanaú (CE), Belo Horizonte (MG), João Pessoa (PB), Campo Grande (MS) e Recife (PE). Já há previsão de instalar novas unidades em Ribeirão Preto (SP) e Vitória (ES). Para realizar o projeto, a empresa mobiliza suas filiais e engaja prefeituras e entidades assistenciais, em uma articulação que tem o apoio decisivo da SAIP.

O Banco do Brasil e a Petrobrás, com recursos próprios, incentivam a geração de trabalho e renda em milhares de municípios brasileiros, atuando em conjunto com organizações não-governamentais e trabalhando pela implantação de tecnologias sociais que possam ampliar a área de atuação e os resultados alcançados pelas ações.

O Banco do Brasil realiza na Costa do Sauípe, litoral norte da Bahia, o Projeto Berimbau, que aproveita a infra-estrutura do complexo turístico para fortalecer as atividades econômicas da região, promovendo as vocações e viabilizando o desenvolvimento das potencialidades locais.

É um conjunto amplo de ações, envolvendo a prática de atividades produtivas com base na agricultura familiar e orgânica, na pesca e na mariscagem, além da criação de pequenos animais, a produção de artesanato, projetos de aproveitamento e reciclagem de sobras de processos produtivos, preservação e disseminação da cultura local e desenvolvimento de valores artísticos. Em dezembro de 2004, foi inaugurada a Usina de Adubo Orgânico, que transforma as quase oito toneladas de lixo orgânico produzidas

diariamente nos hotéis e pousadas da Costa do Sauípe, em cerca de 200 toneladas de adubo orgânico por mês.

A Petrobrás está executando um plano quadrienal de investimentos, que soma R\$ 303 milhões até 2006, e envolve projetos de caráter emergencial e estrutural. A prioridade é somar-se às ações do Governo Federal e da sociedade organizada na luta pela inclusão social e erradicação da miséria e da fome no Brasil.

Nas políticas estruturais, predominam ações educativas e de geração de emprego e renda. Elas são convergentes e buscam promover autonomia e sustentabilidade às populações atendidas. Só por meio do Programa Molhar a Terra, cerca de 500 famílias do semi-árido estão sendo beneficiadas com a instalação e recuperação de sistemas simplificados de abastecimento por água subterrânea (poços tubulares), com perspectiva de sustentabilidade e produção agropastoril.

Além disso, a empresa apóia projetos formulados por entidades por meio de seleção pública, sendo a última realizada em 2004, com investimentos de R\$ 15 milhões.

As empresas de telefonia – fixa e móvel – também dão importante contribuição ao Fome Zero, possibilitando que o MDS mantenha ativo um *call center* acessado pelo telefone 0800-707-2003, que atende aos cidadãos, prestando informações e direcionando famílias carentes para os programas sociais, bem como aos gestores e integrantes das estruturas de controle social.

Em 2004, a SAIP articulou juntamente com a Brasil Telecom e o governo do estado do Acre um contrato de uso da marca e imagem “Fome Zero” para a produção de cartões telefônicos com a logomarca Fome Zero, arrecadando recursos da ordem de R\$ 1.493.550,00 para o fortalecimento do Programa Bolsa Família naquele estado.

A Caixa Econômica Federal e o Banco do Nordeste realizam ações de desenvolvimento local e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) capacita profissionais, incentiva o empreendedorismo e mobiliza as famílias para a Economia Solidária.

A SAIP articulou-se junto à Conab para que esta responsabilize-se pela logística necessária as doações de produtos ao FOME ZERO: coleta, armazenamento, transporte e distribuição, o que foi normatizado por meio da Portaria Nº 183, de 14.04.04, que dispõe sobre a responsabilidade da CONAB como executora operacional do Fome Zero.

As doações são distribuídas preferencialmente às entidades beneficentes cadastradas nas Secretarias Estaduais / Municipais de Assistência Social, Bancos de Alimentos, Movimento Ação da Cidadania e Prefeituras. Vale salientar que os povos indígenas, populações remanescentes de Quilombos, Acampados e Populações que vivem em Lixões também constituem público preferencial no recebimento de doações.

Em 2004, a SAIP formalizou convênio com o Instituto Paulo Freire – IPF (Convênio 01/2004), visando criar uma rede de capacitadores para fortalecer a mobilização social do Talher Nacional por meio da capacitação de equipes municipais de educação cidadã e de agentes de segurança alimentar e nutricional (SAL's), consolidando as redes estaduais e nacional de promoção da mobilização e participação social, em consonância com os CONSEAs Estaduais e Nacional, desencadeando um processo educativo onde os beneficiados do Fome Zero, especialmente as famílias atendidas pelo Bolsa Família, alcancem a cidadania e a inclusão social com uma nova consciência de seus direitos e deveres e se empenhem na geração da própria renda. A meta é mobilizar cerca de 120 mil pessoas em aproximadamente 5.000 municípios do país.

A ação se norteará pela capilaridade constituída a partir da Rede de Talheres Estaduais, (composta por 27 Talheres Estaduais) com 270 educadores, organizados nos 26 estados do país e no Distrito Federal, além de 54 educadores estaduais, responsáveis pela mobilização e educação cidadã nos estados.

A ação consiste em cursos, encontros de formação e seminários que deverão se realizar em nível nacional, estadual, regional e municipal, de acordo com a realidade de cada estado. As ações de formação terão a participação dos CONSEAS, dos CONSADS e dos Comitês Fome Zero.

Os momentos formativos (encontros de formação), serão realizados em conjunto com os membros da coordenação nacional, que farão o trabalho de acompanhamento e prospecção das atividades.

Um outro convênio foi formalizado com a Oscip GERAR (Convênio nº 004/2004), visando a mobilização, articulação e pesquisa de metodologia e de agentes de desenvolvimento local para a geração de trabalho e renda para famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Pretende-se obter a adesão ao programa de pelo Menos 4 estados da federação e 75 municípios, além de outros potenciais parceiros na sociedade civil.

A partir da identificação das vocações econômicas regionais e potencialidades existentes nos Municípios, serão contatados agentes de desenvolvimento dessas regiões, visando a introdução de alternativas de geração de renda, envolvendo novos mercados para os produtos e serviços dos participantes do programa. Com esse objetivo serão utilizadas – se já existentes – ou realizadas pesquisas nas regiões, visando adaptar a metodologia Gerar à realidade local, bem como estimulando a participação da comunidade e parceiros, viabilizando o programa e sua auto sustentabilidade.

Para atender a demanda de parceiros eventuais interessados em fazer doações diversas, o Departamento de Articulação e Mobilização Social – DAMS criou um correio eletrônico institucional que centralizou as correspondências dos parceiros e proponentes. Também é de responsabilidade do DAMS as demandas provenientes do credenciamento para parcerias e a autorização do uso da logomarca Fome Zero efetuado pelos proponentes na página www.fomezero.gov.br.

5.3.1 Articulação de parcerias para comunidades tradicionais específicas e grupos de povos indígenas

As Ações mais significativas desenvolvidas neste segmento em 2004 foram:

- . Discussão e participação na elaboração do Programa Brasil Quilombola, que articula e coordena todas as ações governamentais no que tange à igualdade racial, particularmente, ao atendimento das comunidades remanescentes de quilombos. O MDS por meio da SAIP faz parte da coordenação do Programa (MDS/Casa Civil-PR/SEPPIR/MDA/MinC – FCP)
- . Participação no GT para definição e constituição da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais.
- . Participação no Fórum Nacional para elaboração da política de Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento Sustentável dos Povos Indígenas do Brasil (Discussão e encaminhamentos quanto às políticas nacionais e situações emergenciais – O caso Guarani-Kaiowá e caso Maxakali) FUNAI/MDA/MMA/MS – FUNASA/MC.
- . Participação no processo de formação de Agentes de Etnodesenvolvimento Quilombola, consistindo na elaboração e celebração de Termo de Cooperação Técnica e realização da primeira oficina de etnodesenvolvimento com representantes de comunidades

remanescentes de quilombos de todo o Brasil. Desta iniciativa fazem parte o MDS, MTE, MDA, SEPPIR, Fundação Cultural Palmares e Fubra.

- . Participação do Grupo Interministerial (13 Ministérios) de Política Indigenista.
- . Participação na idealização, organização e realização do 1º Encontro Mineiro de Comunidades Negras e Quilombolas - Instituto Fala Negra / CEDEFES / FCP / FBB / SEPPIR / Prefeitura de BH / CONSEA – MG.
- . Intermediação na apresentação e viabilização de projetos de Segurança Alimentar e Nutricional e Desenvolvimento Social na Comunidade Remanescente de Quilombo do Gurutuba - MG (Embaixada da Itália/FBB).
- . Participação na Oficina de construção de Projetos de Desenvolvimento Social Sustentável com representantes de 11 Comunidades Remanescentes de Quilombos, resultando na formatação de Projeto de Geração de Trabalho e Renda / Potencialização de atividades Produtivas (Convênio firmado entre Petrobrás, SEPPIR, MDS e Fubra).
- . Participação no Programa Fome de Livro (Criação do sub-grupo “temática indígena”; discussão da potencialização dos PAIFs e Restaurantes Populares através da implantação de salas de leitura) MDS/MinC/MEC.
- . Participação na formulação e implementação do processo de formação de agentes de ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural para atuação em comunidades indígenas e quilombolas (MDA/MDS).

A SAIP em conjunto com a SEPPIR, FCP, UNESCO, ACONERUQ e Prefeituras Municipais está promovendo uma ação direcionada de inclusão no Cadastro Único, bem como a atualização de dados das famílias quilombolas moradoras nos municípios de Alcântara, Cururupu, Itapecuru-Mirim, Penalva, Presidente Vargas e São Luiz Gonzaga. A estimativa é cadastrar aproximadamente 13 mil famílias em 218 comunidades quilombolas, visando o acesso dessas comunidades aos programas sociais do Governo Federal, em especial o Bolsa Família. Para o desenvolvimento das ações de cadastramento foram priorizadas pessoas das próprias comunidades quilombolas, principalmente os jovens. Desta forma, além de viabilizar o cadastramento, a ação também atuará como um vetor de geração de renda para as comunidades. O MDS executará as ações que envolvem a capacitação e ajuda financeira aos entrevistadores, transporte, digitação dos formulários e reuniões com as comunidades.

5.3.2 Participação nos seguintes Conselhos, Comitês e Grupos Interministeriais, representando o MDS

- a) Grupo Executivo Interministerial de Alcântara, que visa formular propostas para o Desenvolvimento Sustentável no Município de Alcântara – MA;
- b) Comitê de Patrocínios, que objetiva sugerir a formulação de políticas de patrocínio e examinar projetos de iniciativa dos integrantes do Sistema de Comunicação de Governo do Poder Executivo Federal (SICOM) ou a eles propostos, o qual conta com a participação dos respectivos patrocinadores e de representantes de Ministérios;
- c) Conselho das Cidades – ConCidades, encarregado de propor diretrizes para a formulação e implementação da política nacional de desenvolvimento urbano, bem como acompanhar e avaliar a sua execução, conforme dispõe o Estatuto da Cidade;
- d) Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, que visa estabelecer normas e critérios para o licenciamento de atividades efetiva ou potencialmente poluidoras, a ser concedido pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e Municípios e supervisionados pelo IBAMA;
- e) Grupo de Trabalho Interministerial - BR 163, que coordena a elaboração e a implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Região de Influência da Rodovia BR-163;
- f) Grupo de Trabalho Interministerial - Projeto Rondon, que tem como missão viabilizar a participação do estudante universitário nos processos de desenvolvimento e fortalecimento da cidadania;
- g) Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA, que assessora o Presidente da República na formulação de políticas e na definição de orientações para que o país garanta o direito humano à alimentação, contando com comissões permanentes de segurança alimentar e nutricional dos povos indígenas, das populações negras, para as áreas semi-áridas e de articulação com os CONSEA's estaduais e mobilização social;
- h) Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR, que participa da elaboração de critérios e parâmetros para a formulação e implementação de metas e prioridades para assegurar as condições de igualdade à população negra e de outros segmentos étnicos da população brasileira;

- i) Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Comunidades Tradicionais, que visa estabelecer, acompanhar e avaliar políticas de desenvolvimento sustentável das comunidades tradicionais (em processo de constituição, sob orientação da SAIP/MDS e MMA);
- j) Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD, cuja missão é propor, acompanhar e avaliar políticas públicas afirmativas de promoção da igualdade e da proteção dos direitos de indivíduos e grupos sociais e étnicos afetados por discriminação racial e demais formas de intolerância;
- k) Comissão Intersetorial de Saúde Indígena / CISI do Conselho Nacional de Saúde / CNS, que objetiva formular princípios, estratégias e diretrizes para uma política específica de saúde para os povos Indígenas e acompanhar a implantação da política nacional de saúde indígena, de forma a garantir aos indígenas o acesso efetivo em todos os níveis de organização do Sistema único de Saúde;
- l) Fórum Governamental de Participação Social, encarregado de analisar e propor diretrizes para ampliar a participação e controle social, a transparência dos atos do poder público, dinamizando as relações do Governo Federal com a sociedade civil;
- m) Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM, que participa da elaboração de critérios e parâmetros para a formulação e implementação de metas e prioridades para assegurar as condições de igualdade às mulheres; e
- n) GT do Bioma Caatinga.

5.3.3 Central de Relacionamento Fome Zero

As 04 maiores empresas de telefonia fixa do país, BrasilTelecom, Embratel, Telefonica e Telemar, além da ACEL – Associação Nacional das Operadoras de Serviços Móveis Celulares têm mantido com recursos próprios a central de relacionamento do Fome Zero (0800 707 2003), compreendendo a infra-estrutura, tecnologia e recursos humanos, que estava prevista para encerrar-se em 31.12.2003 e foi negociada sua continuidade até a finalização do processo de contratação dos serviços especializados de telemarketing pelo MDS.

A solução tecnológica utilizada pelos operadores para o atendimento foi doada pela Fundação CPqD - Centro de Pesquisas e Desenvolvimento em Telecomunicações e a base de dados é hospedada e mantida pelo SERPRO – Serviço Federal de Processamento de Dados.

A central de relacionamento iniciou seus serviços em Março/2003 e atende diariamente uma média de 12.200 ligações.

Pelo e-mail Fale Conosco do Fome Zero foram recebidas em 2004, 19.517 mensagens e pelo Fale Conosco do Bolsa-Família, 4.236, sendo 466 de gestores municipais.

5.4 - DISCRIMINAÇÃO DAS TRANSFERÊNCIAS

Identificação do Termo Inicial	Convenio 001/2004 , Processo nº71000.006204/2004-34 Assinado em 10/09/04 com vigência de 01 ano após a assinatura.	Convênio nº 004/2004 , Processo nº 71000.006503/2004-79, Assinado em 22/12/2004 com vigência até maio de 2005.
---------------------------------------	---	---

Objeto da Avença	Consolidar as redes estaduais e nacional de promoção da mobilização e participação social no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em consonância com os CONSEAs Estaduais e Nacional , desencadeando um processo educativo onde os beneficiados do Fome Zero, especialmente as famílias atendidas pelo Bolsa Família, alcancem a cidadania e a inclusão social com uma nova consciência de seus direitos e deveres e se empenhem na geração da própria renda.	Mobilização, articulação e pesquisa de metodologia e de agentes de desenvolvimento local para a geração de trabalho e renda para famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família
Publicação no DOU	14/9/2004	24/12/2004
Valor Total pactuado	R\$ 4.482.341,12	R\$ 274.000,00
Valor Transferido no Exercício	R\$ 1.743.677,00	R\$ 242.000,00
Contrapartida	R\$ 416.991,00	R\$ 32.000,00
Beneficiário	Instituto Paulo Freire, CNPJ 69270486/0001-84	GERAR- Geração de Emprego, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional, CNPJ 05.653.393/0001-56.
Situação da Avença	Em execução.	Em execução

6. FUNDO DE COMBATE E ERRADICAÇÃO DA POBREZA

O Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza – FCEP tem como objetivo viabilizar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência. Desta forma, seus recursos são aplicados em ações suplementares de nutrição, habitação, educação, saúde, reforço de renda familiar e outros programas de relevante interesse social voltados para melhoria da qualidade de vida.

O Fundo foi criado para vigorar até o ano de 2010 e o público alvo a ser atingido é composto por famílias cuja renda *per capita* seja inferior à linha de pobreza, assim como indivíduos em igual situação de renda, bem como as populações de municípios e localidades urbanas ou rurais, isoladas ou integrantes de regiões metropolitanas, que apresentem condições de vida desfavoráveis.

No momento da implementação do FCEP, por intermédio da Lei Complementar Nº 111, de 6 de julho de 2001, procedeu-se à instituição de uma fonte de recursos no âmbito do Orçamento da União (179 – Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza), cuja gerência ficou a cargo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão até 1º de janeiro de 2003.

Desta forma, o Fundo está presente em oito órgãos da Administração Direta e apresentou, no exercício de 2004, uma execução de 98,78%. O quadro a seguir demonstra a distribuição da Fonte 179 por Ministério/Secretaria:

Órgão	Dot. Final (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	Em R\$ mil	
				% (d = b/a)	% (e = c/a)
Secretaria Especial de Direitos Humanos	760,0	760,0	760,0	100,00%	100,00%
Min. da Educação	694.464,2	693.420,2	693.420,2	99,85%	99,85%
Min. da Justiça	9.410,0	8.467,0	8.467,0	89,98%	89,98%
Min. do Trabalho e Emprego	63.378,4	47.865,3	47.865,3	75,52%	75,52%
Min. do Desenvolvimento Agrário	230.366,0	221.826,9	221.826,9	96,29%	96,29%
Min. da Integração Nacional	1.149,3	0,0	0,0	0,00%	0,00%
Min. do Desenv. Social e Combate à Fome	4.585.084,9	4.545.332,2	4.545.272,3	99,13%	99,13%
Min. das Cidades	22.881,1	21.633,6	21.633,6	94,55%	94,55%
Total	5.607.494	5.539.305	5.539.245	98,78%	98,78%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAF Gerencial

Até o momento, os recursos do Fundo têm se constituído em uma fonte de recursos, sem que, entretanto, tenha sido criado/implantado uma estrutura orgânica específica para a coordenação, execução e controle da utilização de seus recursos.

A esse fato deve-se acrescentar que a distribuição dos recursos por 58 ações de 29 programas existentes em 08 ministérios constitui-se em sério entrave ao controle e avaliação dos gastos efetuados com os recursos do Fundo.

O quadro a seguir demonstra a execução dos Programas de Governo com recursos da Fonte 179:

Órgão / Programa	Dot. Final (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	Em R\$ mil	
				% (d = b/a)	% (e = c/a)
Secretaria Especial de Direitos Humanos	760,0	760,0	760,0	100,00%	100,00%
Direitos Humanos, Direito de Todos	760,0	760,0	760,0	100,00%	100,00%
Ministério da Educação	694.464,2	693.420,2	693.420,2	99,85%	99,85%
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	4.800,0	4.680,0	4.680,0	97,50%	97,50%
Brasil Escolarizado	689.664,2	688.740,2	688.740,2	99,87%	99,87%
Ministério da Justiça	9.410,0	8.467,0	8.467,0	89,98%	89,98%
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	9.410,0	8.467,0	8.467,0	89,98%	89,98%
Ministério do Trabalho e Emprego	63.378,4	47.865,3	47.865,3	75,52%	75,52%
Economia Solidária em Desenvolvimento	5.097,4	5.087,9	5.087,9	99,81%	99,81%
Primeiro Emprego	58.280,9	42.777,4	42.777,4	73,40%	73,40%
Ministério do Desenvolvimento Agrário	230.366,0	221.826,9	221.826,9	96,29%	96,29%
Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais	36.000,0	35.818,8	35.818,8	99,50%	99,50%
Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária	7.866,0	7.406,9	7.406,9	94,16%	94,16%
Identidade Étnica e Patrimônio Cultural dos Povos Indígenas	480,0	480,0	480,0	100,00%	100,00%
Agricultura Familiar – PRONAF	156.020,0	151.872,3	151.872,3	97,34%	97,34%
Brasil Alfabetizado	30.000,0	26.248,9	26.248,9	87,50%	87,50%
Ministério da Integração Nacional	1.149,3	0,0	0,0	0,00%	0,00%
Promoção da Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais – PROMESO	1.149,3	0,0	0,0	0,00%	0,00%
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	4.585.084,9	4.545.332,2	4.545.272,3	99,13%	99,13%
Proteção Social à Pessoa Portadora de Deficiência	70.773,8	70.473,8	70.473,8	99,58%	99,58%
Erradicação do Trabalho Infantil	117.763,8	117.035,3	117.035,3	99,38%	99,38%
Proteção Social à Infância, Adolescência e Juventude	229.259,1	227.090,3	227.090,3	99,05%	99,05%
Órgão / Programa	(a)	(b)	(c)	(d = b/a)	(e = c/a)
Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	26.244,9	26.240,1	26.240,1	99,98%	99,98%
Abastecimento Agroalimentar	179.940,0	178.819,5	178.819,5	99,38%	99,38%

Rede Solidária de Restaurantes Populares	20.116,4	19.716,4	19.716,4	98,01%	98,01%
Acesso à Alimentação	162.625,2	160.497,9	160.437,9	98,69%	98,66%
Banco de Alimentos	4.311,7	4.233,1	4.233,1	98,18%	98,18%
Atendimento Integral à Família	41.887,6	40.035,5	40.035,5	95,58%	95,58%
Avaliação de Políticas Sociais do Governo Federal	6.000,0	6.000,0	6.000,0	100,00%	100,00%
Economia Solidária em Desenvolvimento	19.341,6	13.792,2	13.792,2	71,31%	71,31%
Gestão da Política de Promoção da Igualdade Racial	1.152,0	1.152,0	1.152,0	100,00%	100,00%
Proteção Social à Pessoa Idosa	33.403,3	33.032,8	33.032,8	98,89%	98,89%
Proteção Social ao Adulto em Situação de Vulnerabilidade	112,3	82,3	82,3	73,29%	73,29%
Transferência de Renda com Condicionais	3.672.153,4	3.647.131,1	3.647.131,1	99,32%	99,32%
Ministério das Cidades	22.881,1	21.633,6	21.633,6	94,55%	94,55%
Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários	22.031,1	21.083,3	21.083,3	95,70%	95,70%
Habitação de Interesse Social	850,0	550,2	550,2	64,73%	64,73%
6.1. Total	5.607.493,8	5.539.305,2	5.539.245,3	98,78%	98,78%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAF Gerencial

Quanto às ações orçamentárias, tem-se a seguinte distribuição por Órgão beneficiado:

Órgão / Ação	Dot. Final (a)	Empenhado (b)	Liquidado (c)	Em R\$ mil	
				% (d = b/a)	% (e = c/a)
Secretaria Especial de Direitos Humanos	760,0	760,0	760,0	100,00%	100,00%
Apoio ao Fornecimento de Documentação Civil Básica e Orientação Jurídica Gratuita (Balcões de Direitos)	760,0	760,0	760,0	100,00%	100,00%
Ministério da Educação	694.464,2	693.420,2	693.420,2	99,85%	99,85%
Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica	685.664,2	685.069,6	685.069,6	99,91%	99,91%
Apoio Educacional a Crianças e Adolescentes em Situação de Discriminação e Vulnerabilidade Social	4.800,0	4.680,0	4.680,0	97,50%	97,50%
Promoção e Desenvolvimento da Saúde do Escolar na Educação Básica	4.000,0	3.670,6	3.670,6	91,76%	91,76%
Ministério da Justiça	9.410,0	8.467,0	8.467,0	89,98%	89,98%
Atendimento aos Adolescentes e Jovens Indígenas em Situação de Risco Social	950,0	773,1	773,1	81,38%	81,38%
Órgão / Ação	(a)	(b)	(c)	(d = b/a)	(e = c/a)
Atendimento Emergencial aos Povos Indígenas	8.000,0	7.286,4	7.286,4	91,08%	91,08%
Capacitação de Indígenas e Técnicos de Campo para o Desenvolvimento de Atividades Auto-Sustentáveis em Terras Indígenas	460,0	407,4	407,4	88,57%	88,57%

Ministério do Trabalho e Emprego	63.378,4	47.865,3	47.865,3	75,52%	75,52%
Apoio à Constituição e Consolidação de Políticas Públicas de Economia Solidária	1.531,2	1.522,3	1.522,3	99,42%	99,42%
Concessão de Auxílio-Financeiro a Jovens Habilitados ao Primeiro Emprego Inseridos no Serviço Voluntário	11.243,3	10.706,4	10.706,4	95,23%	95,23%
Fomento à Geração de Trabalho e Renda em Atividades de Economia Solidária	3.566,3	3.565,7	3.565,7	99,98%	99,98%
Qualificação de Jovens para o Serviço Voluntário	32.476,8	29.062,1	29.062,1	89,49%	89,49%
Qualificação e Assistência Técnica ao Jovem para o Empreendedorismo	14.560,9	3.008,9	3.008,9	20,66%	20,66%
Ministério do Desenvolvimento Agrário	230.366,0	221.826,9	221.826,9	96,29%	96,29%
Alfabetização de Jovens e Adultos nas Áreas de Reforma Agrária	30.000,0	26.248,9	26.248,9	87,50%	87,50%
Apoio a Projetos Municipais de Infra-Estrutura e Serviços em Agric.Familiar	80.000,0	78.026,0	78.026,0	97,53%	97,53%
Assistência Técnica e Extensão Rural em Áreas Indígenas	480,0	480,0	480,0	100,00%	100,00%
Capacitação de Agricultores Familiares	10.000,0	9.947,7	9.947,7	99,48%	99,48%
Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária	7.866,0	7.406,9	7.406,9	94,16%	94,16%
Contribuição ao Fundo Garantia-Safra (Lei nº 10.700, de 2003)	28.500,0	28.500,0	28.500,0	100,00%	100,00%
Disponibilização de Insumos para a Agricultura Familiar	1.000,0	400,0	400,0	40,00%	40,00%
Fomento à Assistência Técnica e Extensão Rural para Agricultores Familiares	36.520,0	34.998,6	34.998,6	95,83%	95,83%
Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	36.000,0	35.818,8	35.818,8	99,50%	99,50%
Ministério da Integração Nacional	1.149,3	0,0	0,0	0,00%	0,00%
Implantação de Sistemas Sanitário e de Abastecimento de Água em Escola Pública	1.149,3	0,0	0,0	0,00%	0,00%
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome	4.585.084,9	4.545.332,2	4.545.272,3	99,13%	99,13%
Ações de Geração de Renda para Populações Carentes	4.000,0	709,1	709,1	17,73%	17,73%
Ações Sociais e Comunitárias para Populações Carentes	1.813,0	0,0	0,0	0,00%	0,00%
Apoio à Instalação de Bancos de Alimentos	4.311,7	4.233,1	4.233,1	98,18%	98,18%
Apoio à Instalação de Restaurantes Populares Públicos e de Pequenas Unidades de Produção e Comercialização de Refeições	20.116,4	19.716,4	19.716,4	98,01%	98,01%
Órgão / Ação	(a)	(b)	(c)	(d = b/a)	(e = c/a)
Apoio à Melhoria das Condições Socioeconômicas das Famílias	148.584,9	146.673,7	146.613,7	98,71%	98,67%
Apoio à Produção de Alimentos para o Autoconsumo	5.350,0	5.350,0	5.350,0	100,00%	100,00%
Aquisição de Alimentos provenientes da Agricultura Familiar	170.000,0	169.611,6	169.611,6	99,77%	99,77%
Atendimento à Criança e ao Adolescente em Jornada Ampliada	117.763,8	117.035,3	117.035,3	99,38%	99,38%

Atendimento às Comunidades Quilombolas	1.152,0	1.152,0	1.152,0	100,00%	100,00%
Capacitação e Concessão de Bolsa para Jovens de 15 a 17 anos como Agente de Desenvolvimento Social e Humano	6.208,6	5.922,8	5.922,8	95,40%	95,40%
Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento a Crianças e Adolescentes	333,1	33,0	33,0	9,91%	9,91%
Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à Pessoa Idosa	29,2	0,0	0,0	0,00%	0,00%
Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento à Pessoa Portadora de Deficiência	33,3	33,3	33,3	100,00%	100,00%
Construção, Ampliação e Modernização de Centros Públicos de Atendimento ao Adulto em Situação de Vulnerabilidade	30,0	0,0	0,0	0,00%	0,00%
Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos	8.342,6	8.130,7	8.130,7	97,46%	97,46%
Formação de Consórcios de Segurança Alimentar e de Desenvolvimento Local	347,7	343,5	343,5	98,81%	98,81%
Funcionamento de Centros Públicos de Atendimento à Juventude	400,0	237,6	237,6	59,40%	59,40%
Funcionamento dos Núcleos de Atendimento Integral à Família	40.074,6	40.035,5	40.035,5	99,90%	99,90%
Gestão e Administração do Programa Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar	4.600,0	4.307,6	4.307,6	93,64%	93,64%
Promoção da Inclusão Produtiva	9.940,0	9.207,9	9.207,9	92,63%	92,63%
Serviço de Proteção Socioassistencial à Pessoa Adulta em Situação de Vulnerabilidade	15.341,6	13.083,1	13.083,1	85,28%	85,28%
Serviço de Proteção Socioassistencial à Pessoa Idosa	82,3	82,3	82,3	100,00%	100,00%
Serviços de Concessão, Manutenção e Cessação dos Benef.de Transf. Dir.Renda	33.374,1	33.032,8	33.032,8	98,98%	98,98%
Serviços de Proteção Socioassistencial à Infância e à Adolescência	195.824,0	171.102,4	171.102,4	87,38%	87,38%
Serviços de Proteção Socioassistencial à Juventude	213.029,8	211.614,2	211.614,2	99,34%	99,34%
Serviços de Proteção Socioassistencial à Pessoa Portadora de Deficiência	9.287,6	9.282,8	9.282,8	99,95%	99,95%
Serviços de Proteção Socioassistencial às Crianças e aos Adolescentes Vítimas de Violência, Abuso e Exploração Sexual	70.740,4	70.440,4	70.440,4	99,58%	99,58%
	26.244,9	26.240,1	26.240,1	99,98%	99,98%
Órgão / Ação	(a)	(b)	(c)	(d = b/a)	(e = c/a)
Sistema Nacional para Identificação e Seleção de Público-Alvo para os Programas de Transferência de Renda - Cadastro Único	6.000,0	6.000,0	6.000,0	100,00%	100,00%
Transferência de Renda Diretamente às Famílias em Condição de Pobreza e Extrema Pobreza	3.471.729,4	3.471.721,1	3.471.721,1	100,00%	100,00%
Ministério das Cidades	22.881,1	21.633,6	21.633,6	94,55%	94,55%

Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade de Assentamentos Precários	850,0	650,2	650,2	76,49%	76,49%
Apoio à Prevenção e Erradicação de Riscos em Assentamentos Precários	2.700,0	2.700,0	2.700,0	100,00%	100,00%
Apoio a Projetos de Regularização Fundiária Sustentável de Assentamentos Informais em Áreas Urbanas	5.000,0	4.976,8	4.976,8	99,54%	99,54%
Apoio a Projetos de Saneamento Ambiental em Assentamentos Precários (PAT/PROSANEAR)	825,0	447,3	447,3	54,22%	54,22%
Apoio à Urbanização de Assentamentos Precários (Habitar-Brasil)	12.656,1	12.309,1	12.309,1	97,26%	97,26%
Apoio ao Poder Público para Construção Habitacional para Famílias de Baixa Renda	850,0	550,2	550,2	64,73%	64,73%
6.2. Total	5.607.493,8	5.539.305,2	5.539.245,3	98,78%	98,78%

Fonte: Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAF Gerencial

6.2 Medidas Adotadas para 2005

Para o exercício de 2005, as ações com recursos da fonte 179 – Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza foram concentradas no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e na Presidência da República. A menor dispersão desses recursos possibilitará ao Órgão Gestor melhores condições para o seu acompanhamento e avaliação.

7. 7. CONCLUSÃO

Este relatório deverá compor o Processo de Tomada de Contas da Unidade Jurisdicionada Secretaria Executiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, relativo ao exercício 2004.

Brasília-DF, de março de 2005.

MÁRCIA HELENA DE CARVALHO LOPES
Secretária-Executiva